

2. Base Legal: artigos 7º, 7º A, 7º B da lei 11.154/91, com a redação dada pela lei nº 14.256/06 e artigo 10 de Decreto nº 51.627/10.

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão na Imprensa Oficial, a ser protocolada mediante prévio agendamento no site: www.prefeitura.sp.gov.br/agendamentosf

4. Intime-se a contribuinte e sua representante legal da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto nº 54.464/2013.

6017.2017/0040687-5, 086.152.0006-8, Odair Cerdeira Gutierrez, Avaliação Especial do ITBI-IV, DECISÃO:

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer elaborado por DIMAP-1, DEFIRO PARCIALMENTE o presente pedido de avaliação especial do ITBI-IV, uma vez que o valor apurado por DIMAP - Divisão de Mapas de Valores, com referência ao imóvel SQL nº 086.152.0006-8 foi de R\$2.718.441,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais) , que deverá ser adotado como valor venal para fins exclusivamente de recolhimento do ITBI-IV, salvo se o valor efetivo da transação for superior.

2. Base Legal: artigos 7º, 7º A, 7º B da lei 11.154/91, com a redação dada pela lei nº 14.256/06 e artigo 10 de Decreto nº 51.627/10.

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão na Imprensa Oficial, a ser protocolada mediante prévio agendamento no site: www.prefeitura.sp.gov.br/agendamentosf

4. Intime-se a contribuinte e sua representante legal da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto nº 54.464/2013.

6017.2017/0033551-0, 200.036.0001-5, Maria Elisa Pimentel Piemonte, Avaliação Especial do ITBI-IV, DECISÃO:

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer elaborado por DIMAP-1, DEFIRO PARCIALMENTE o presente pedido de avaliação especial do ITBI-IV.

2. O valor apurado por DIMAP - Divisão de Mapas de Valores, com referência ao imóvel SQL nº 200.036.0001-5 foi de R\$1.546.727,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais) , que deverá ser adotado como valor venal para fins exclusivamente de recolhimento do ITBI-IV, salvo se o valor efetivo da transação for superior.

3. Base Legal: artigos 7º, 7º A, 7º B da lei 11.154/91, com a redação dada pela lei nº 14.256/06 e artigo 10 de Decreto nº 51.627/10.

6017.2017/0036783-7, 014.044.0012-5, Giuliano Finimundi Verdi, Avaliação Especial - ITBI, DECISÃO:

1. Com base na manifestação de SUBIM e no parecer elaborado por DIMAP decido:

1.1. DEFIRO PARCIALMENTE o pedido para que a base de cálculo do ITBI-IV, referente ao imóvel SQL 014.044.0012-5, seja o valor de avaliação de R\$ 8.961.226,00, salvo se o respectivo valor de transação for maior que o valor avaliado:

2. Base legal: Lei nº 14.256/06 e artigos 7º, 7º-A e 7º-B da Lei nº 11.154/91;

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão por meio do Diário Oficial da Cidade de São Paulo;

4. Anote-se e encaminhe-se à DIESP para as providências complementares.

6017.2017/0035660-6, 083.226.0001-1, Rony Sztokfisz, Avaliação Especial do ITBI-IV, DECISÃO:

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer elaborado por DIMAP-1, DEFIRO PARCIALMENTE o presente pedido de avaliação especial do ITBI-IV, uma vez que o valor apurado por DIMAP - Divisão de Mapas de Valores, com referência ao imóvel SQL nº 083.226.0001-1, foi de R\$5.097.640,47 (cinco milhões e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos) , que deverá ser adotado como valor venal para fins exclusivamente de recolhimento do ITBI-IV, salvo se o valor efetivo da transação for superior.

2. Base Legal: artigos 7º, 7º A, 7º B da lei 11.154/91, com a redação dada pela lei nº 14.256/06 e artigo 10 de Decreto nº 51.627/10.

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão na Imprensa Oficial, a ser protocolada mediante prévio agendamento no site: www.prefeitura.sp.gov.br/agendamentosf

4. Intime-se a contribuinte da presente decisão mediante a publicação no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005 e art. 1º do Decreto nº 54.464/2013.

## SUBDIVISÃO DE RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES - SUREC

### DIVISÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS – DIESP

Coordenação - SUREC

**EDITAL 067/2018**

Fica o contribuinte abaixo(s) identificado(s), NOTIFICADO(S) a apresentar(em), EM ATÉ 10 (dez) dias contados da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC), os documentos relacionados.

A documentação, incluindo esta notificação, deverá ser encaminhada **EXCLUSIVAMENTE** para o e-mail: sfjuntada@prefeitura.sp.gov.br, em um único arquivo a ser anexado, obrigatoriamente, em formato PDF, o qual não poderá exceder ao tamanho de 6MB (Megabytes):

**ATENÇÃO:** O não atendimento a esta notificação resultará em análise do processo no estado em que se encontrar, nos termos do § 2º do artigo 34 da lei municipal 14.107/2005.

**PROCESSO, INTERESSADO, CNPJ/CPF, CCM/SQL, DOCUMENTOS:**

**6017.2018/0009555-3, LIDIA ZUIN DE MOURA 39456483860, 27.852.626/0001-82, 5.724.761-7:**

1) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS QUE AUTORIZOU O CANCELAMENTO DA NFS-E 01; **6017.2018/0041850-6, EVERALDO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, 293.818.268-62, 159.165.1500-5:**

1. Instrumento particular de retificação do instrumento particular de venda e compra datado de 02/03/2018, acompanhado da respectiva matrícula do Registro de Imóveis com a averbação da retificação de contrato, constando o correto valor de transação, se é o caso.

**6017.2018/0039377-5, KARLIS MIRRA NOVICKIS, 297.231.318-62, 041.139.0442-1:**

1. Declaração explicando minuciosamente os motivos do pedido de restituição;

2. Instrumento de transmissão do deu origem ao fato gerador do ITBI-IV;

3. Matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis de todos os imóveis envolvidos;

4. Guias de ITBI-IV de todos os imóveis envolvidos.

**6017.2018/0042288-0, OSAMU YABUTA, 154.435.158-53, 299.051.0575-1/ 0576-8/ 0262-9:**

1. Cancelamento / distrato dos instrumentos particulares de cessão definitiva de direitos de venda e compra datados de 19/19/2014;

## URBANISMO E LICENCIAMENTO

### GABINETE DA SECRETÁRIA

#### SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2018-1-133

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR

**2016-0.250.661-9 PALLAVICINI E MAUSBACH DESIGN ARQUITETURA URBANISM**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2017-0.035.550-0 DANILO ERIC DOS SANTOS**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2017-0.103.179-1 RICARDO SERGIO DE OLIVEIRA SCHMIDT**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2017-0.160.068-0 CARLOS ROSA**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2017-0.162.889-5 MARCOS CESAR DUARTE GUAZZELLI**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2017-0.185.562-0 SONIA REGINA MATIAS DE PINA LUERSEN**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.034.714-2 MARIANA GONCALVES GUARDANI**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.049.985-6 RENATA CARDOSO MONIZ CALDEIRA**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.051.392-1 PAULO RAMOS DE OLIVEIRA NETO**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.051.423-5 MARCO ANTONIO SBANO**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.051.915-6 JOAO MARCELO PASSOS GUIMARAES**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.053.999-8 BRAVO**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**2018-0.054.444-4 EVANDRO LUIZ DE MELLO FORTUNATO**

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405

**2016-0.064.917-0 YARA RODRIGUES**

CONFORME CARTA

**2016-0.231.540-6 COND. EDIF. OXFORD PAULISTA**

PRAZO CONCEDIDO

**2017-0.086.318-1 CONDOMINIO EDIFICIOS MILANO E TORINO**

CONFORME CARTA

### EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS OU; 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO (ANIS-TIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

**GABINETE DO SECRETARIO**

PROCESSO SQUINCRA NOME

2003-1001452-9 00026040282295-1 3 JOAO RIBEIRO

2003-1016562-4 0012316800326-1 4 CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA

2003-1029023-2 0008910900814-1 1 JOSE MOREIRA

2003-1032181-2 0005107300049-1 2 IGREJA CRISTA EVANGELICA

2003-1046929-1 0001408600021-5 HELENA FLEITLICH

2003-1048765-6 00098040800292-1 9 CALMINHER SA

2004-1005732-7 0007300100287-1 6 JARDIM SAO BENTO AUTO POSTO LTDA

2004-1010853-3 0015014900347-1 6 BANCO ITAU S/A

2004-1011862-8 0011356100022-1 1 PAROQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA

**COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SMUL/RESID**

PROCESSO SQUINCRA NOME

2013-0086471-7 0011614800080-1 2 LUIS ANTONIO FERNANDES

2013-0375948-5 0004528600323-1 10 RYPE SPE-10 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA

2015-0109535-4 00299116011089-1 2 LUCIO BRAGA EMP. IMOB. SPE LTDA

2016-0047316-0 0001606508229-1 2 FABIO AUGUSTO OLIVEIRA PINHEIRO

2015-0095650-0 0001109901089-1 1 ARGEMIRO FERREIRA CRAVO NETO

2018-00119294-2 2013917700025-1 2 JULIO CESAR MOREIRA DA SILVA

2018-0017241-0 0006208001382-1 6 TGPS - 34 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

2017-0179097-8 0031001300170-1 2 CRISTIANE DAS MERCEDES

**COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SMUL/SERVIN**

PROCESSO SQUINCRA NOME

2012-0038357-1 0001609601335-1 22 PROVINCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS

2016-0273268-6 0003805100426-1 18 GRAFICA EDITORA GUTEPLAN LTDA.

2017-0109941-8 0001505700094-1 1 VR EMPREEND. PART. E SERVICOS LTDA

2015-0338505-8 0003302200609-1 17 FACULDADE METROPOLITANAS UNIDAS ASSOCIACAO EDUCACI

**COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SMUL/COMIN**

PROCESSO SQUINCRA NOME

2008-0009415-4 0009705400032-1 10 SAVOY IMOBILIARIA CONSTRUTORA LTDA

2018-0053268-3 0002105801242-1 5 JORGIE MIGUEL BAUBAU

2018-0014506-0 00087096000825-1 8 MF SS CHACARA SANTO ANTONIO LOCACAO DE ESPACO S.A.

2017-0079154-7 0009801800771-1 7 IGLA ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS SPE LTDA

2008-0186962-1 0007316400211-1 12 MARTE VEICULOS LTDA

2012-0266759-3 0020303900111-1 2 CIA URANO DE CAPITALIZACAO

PROCESSO SQUINCRA NOME

2016-0139623-2 2019700601489-1 17 GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES

2016-0275597-0 0013318400301-1 11 AMBULA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA

2017-0114759-5 0011426800109-1 1 KLEBER AUGUSTO PUPO MENDONCA

2017-0133815-3 0006103800828-1 11 IDARIO PACAGNAN

2018-0068511-0 001421200448-1 2 CONSTRUTORA METRO CASA LTDA

2018-0028057-9 0005812600015-1 1 JANICE ALVES DA SILVA

2018-0023163-2 20011018200176-1 1 PAULO SUZUKI

2018-0016247-9 00150180080470-1 11 AMBULA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/C LTDA.

2017-0178209-6 0006853000358-1 1 FABIO DE GASPAR ARAUJO

2017-0131948-5 0006800600271-1 2 ANTONIO AUGUSTO LOUREIRO

**COORD.ATIV. ESPECIAL E LICENCIAMENTO DE USO - SMUL/SEGUR**

PROCESSO SQUINCRA NOME

2013-0170508-6 0011901901504-1 6 COLEGIO PEDROSO S/C LTDA

2018-0059543-0 0002601800011-1 2 IAN HAUDENSCHILD RAIMUNDO EPP

2018-0065826-1 0015801100015-1 16 COMITE PARAOLIMPICO BRASILEIRO

2018-0067443-7 0000502600012-1 9 VISTA SEMPRE ALEM LTDA - ME

2018-0065676-5 0007320002591-1 244 GL EVENTS LE S.A

2018-0051352-2 00009021001591-1 13 YACHT BAR E RESTAURANTE LTDA

2018-0019608-0 0000401200061-1 19 IGREJA PENTECOSTAL DEUS E AMOR

2016-0194476-0 0001505805244-1 11 JABUTICABA ENTRETENIMENTO LTDA - ME

2015-0198305-5 0017121400511-1 9 INSTITUTO PENTAGONO DE EDUCACAO

2016-0168579-0 0012034200666-1 12 KARDEC DE JESUS BEZERRA

2016-0123106-3 0004003200349-1 2 CLARO S.A.

### SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI COMUNIQUE-SE: LISTA 69

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405

**6068.2018/0001280-0 - Declaração de Transferência do Direito de Construir**

Interessados: 61.451.431/0001-69 - FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO

COMUNIQUE-SE:O interessado deverá apresentar:

Cópia do CNPJ do proprietário &ndash; Fundação Armando Alvares Penteado conforme Decreto 57.536/16, artigo 5º, inciso III, alínea a.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

### SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI COMUNIQUE-SE: LISTA 69

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405

**6068.2018/0000708-3 - Uso e ocupação do solo: Consulta de zoneamento**

Interessados: PEDRO HENRIQUE LOPES DEMETRIO - 359.060.278-31

COMUNIQUE-SE:

O interessado deverá apresentar o Levantamento Planimétrico Georreferenciado em Coordenadas UTM com DATUM Horizontal **SAD 69**, com tabela de coordenadas contendo todos os pontos que definam o perímetro do lote em análise, em **formato digital (DWG, AutoCAD 2000)** a fim de dirimir dúvida quanto às áreas e perímetros dos lotes informados.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

## COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO

### SEGUR-2

#### SEGUR/DACESS

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS -SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma fisico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma fisico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

**00105/SMUL/SEGUR/DACESS/2018- 2016-0.028.054-0 - ATENTO BRASIL S/A; PC DA REPUBLICA, 00291 - E 295 - REPUBLICA; 360 DIAS.**

## HABITAÇÃO

### CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

#### SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-SECMH

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO**

**Data da Reunião: 24 de maio de 2018**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano 2018, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público:** Aloísio Barbosa Pinheiro (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometti Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Aurelice Rocha dos Anjos (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Wilson Cabral da Silva (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Bruna Fábio Antunes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica Terezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** Mariza Dutra Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Assoc

manho adequados para essas análises. Esse é um fluxograma. Ele tenta demonstrar o caminho da discussão do Projeto de Intervenção Urbana, não desse Projeto de Intervenção Urbana, mas do rito formal que constitui a aprovação de um Projeto de Intervenção Urbana. Então, notamos, lá, em cima, que temos dois itens que inauguram qualquer Projeto de Intervenção Urbana. Esse da Vila Leopoldina - Villa Lobos é um caso como o que está no diagrama, em que é apresentado um programa de interesse público e um diagnóstico da área que vai sofrer o processo de intervenção, que vai sofrer o processo de definição de parâmetros, prazos e cronogramas em aderência com a política de desenvolvimento urbano. No caso do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos, aqueles dois itens lá de cima, programa e diagnóstico, foram apresentados mediante uma manifestação de interesse privado. Um grupo de empreendedores e proprietários de terrenos da região apresentou à prefeitura em meados do ano de 2016 a iniciativa de empreender o Projeto de Intervenção Urbana naquela região. A prefeitura naquele momento faz uma primeira consulta à população, no segundo semestre de 2016, e também promoveu a primeira audiência, conforme disse no começo. Superada aquela etapa, então, efetivamente, autorizamos o aprofundamento dos estudos e inicia-se o Projeto de Intervenção Urbana. É a caixa grande, vermelha, bem no centro da tela, que nós estamos com o diagnóstico já desenvolvido. E é uma proposta de programa de interesse público; é a motivação pública de por que existir, por que fazer sentido a prefeitura tocar a discussão desse projeto. Veio sendo então desenvolvido ao longo do ano de 2017, para, a partir de março de 2018 e abril, iniciamos uma série de apresentações e discussões nos conselhos, conforme também já disse. E vamos mostrar o cronograma na próxima tela. Estamos aqui, nesse ponto da discussão e da participação social. Superada essa etapa, que temos um cronograma sugerido que pode ser na medida da necessidade estendido um pouco mais, de acordo com a participação que seja requerida, mas, superada essa etapa, é feita então a validação do projeto por parte da São Paulo Urbanismo, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e de todas as outras secretarias envolvidas, dentre elas, a própria Secretaria de Habitação. Seguimos para o quadradinho verde que, após a validação, nesse caso, haverá a necessidade de uma promulgação de lei. Então, a saída desse Projeto de Intervenção Urbana, para que ele tenha o devido peso institucional e a devida validade, a prefeitura estará encaminhando no meio do ano um projeto de lei à câmara de vereadores. E vamos ter a oportunidade de explicar o que contera esse projeto de lei. E, após o rito na câmara de vereadores, aprovada a lei, inicia-se a implantação do projeto. O projeto, na primeira tela, começava em 2016. Houve algumas ações de cunho administrativo, interno, audiência pública e consulta pública em 2016, e, em 2017, a agenda ficou um pouco mais intensa para os projetos para que, em 2018, onde estamos, tenhamos esse conjunto de reuniões. Então, com o fim do desenvolvimento da proposta, em meados de fevereiro, março, começamos a planejar e já tendo realizado, até esse momento, reunião no Conselho Municipal de Política Urbana, dia 26 de abril; dia 15 de maio, reunião do Conselho Participativo da Lapa e do CADES da Lapa, que também foi feita lá, (Há um erro lá. Foi em 15 de maio, tanto do Conselho Participativo, quanto dos conselheiros do CADES da Lapa); e, no dia 22 de maio, terça-feira passada, essa audiência grande com cerca de quinhentas pessoas, que aconteceu na própria Vila Leopoldina, em um espaço bem grande, quando apresentamos a proposta para o público em geral. Houve espaço para algumas manifestações, perguntas e questionamentos, e vamos entrar agora para um processo de sistematização e consolidação dessas contribuições, tanto de contribuições das reuniões específicas, quanto das consultas que vieram pela internet, no sistema do gestão urbana, onde está o material para comentários. Feito esse prazo de sistematização, temos uma devolutiva e discussão da minuta de projeto de lei e voltamos para essa mesma sequência principal, uma nova audiência, com a devolutiva dessa sistematização e apresentação efetiva do projeto de lei, com o texto; mais uma reunião na CTLU, na câmara técnica de legislação urbanística, uma vez que vamos ter alteração de parâmetros, de zoneamento e parcelamento do solo; mais uma reunião no Conselho Participativo e no CADES da Lapa. Esse é o cronograma, o planejado. Posto isso, consolidamos, depois dessa devolutiva e seguimos enviando projeto para a câmara dos vereadores. Essa é uma sequência de imagens que vão compo o mosaico do chamado Arco Pinheiros, conforme definido pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Então, são diversos compartimentos que têm sua característica urbanística, social, demográfica, morfológica muito própria, muito típica, o Arco Pinheiros. Aqui a Cidade Universitária, o CEAGESP, em azul, bem do lado do vermelho, que é o PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos. Então, o Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos trata do desenvolvimento em uma escala local. É uma área de aproximadamente trezentos mil metros quadrados, com uma série de imóveis ali dentro. Mas o PIU se trata de uma parte de um todo chamado Arco Pinheiros. O Plano Diretor Estratégico exige que a Secretaria de Urbanismo, SP Urbanismo, encaminhe à câmara de vereadores, até o final de 2018, um ou mais projetos que tratam do assunto Arco Pinheiros. Entendemos que parte integrante do Arco Pinheiros é o próprio PIU da Vila Leopoldina. Então, esse diagnóstico e essas propostas que estão sendo agora apresentadas vão compor o mosaico, o quebra-cabeças da compreensão de todo o território do Arco Pinheiros, e cada um desses outros setores também no desenho do projeto do Arco Pinheiros receberá seu parâmetro e o endereçamento de seus problemas, suas questões. O PIU inaugura, portanto, a discussão do Arco Pinheiros. O Arco Pinheiros está em trabalho hoje na equipe técnica da São Paulo Urbanismo. Então, aquele vermelho que mostramos no slide anterior, em detalhe, é essa imagem. As linhas em preto definem os terrenos, conforme essa divisão em que o parcelamento do solo hoje se encontra nessa região. As duas demarcações em vermelho é onde se encontram as duas favelas, Comunidade da Linha, do lado direito, onde está demonstrado ali, Avenida D; e onde está Av. José da Silva Andrade, Rua Japiacu, é a chamada Favela do Nove. E tem esse novo porque está bem no portão 9 da CEAGESP. Então, esse projeto faz divisa literalmente de muro, porque a Favela do Nove, Rua Japiacu, faz muro com o CEAGESP, que está ao lado esquerdo da imagem. Aqui, no centro, temos uma questão bastante sensível do ponto de vista habitacional que é o Cingapura Madeirite, um conjunto habitacional feito há vários anos e hoje sofre um processo de degradação, de ocupação informal em várias de suas áreas condominiais e às vezes até nas ruas, que estão no entorno do próprio Cingapura. Então, o Projeto de Intervenção Urbana, o PIU, que tem esses imóveis aqui envolvidos, pretende enfrentar, atacar essas questões da vulnerabilidade habitacional das duas favelas, da vulnerabilidade hoje encontrada no Conjunto Habitacional Cingapura, integrar esses imóveis, integrar essa região da cidade, que hoje é feita de grandes quarteirões – são quarteirões de origem industrial, aqui a metalúrgica Atlas, nessas duas quadras – fazer com que exista uma maior permeabilidade desses quarteirões e com isso haja uma melhor qualidade ambiental e que essas famílias então sejam devidamente atendidas em suas questões habitacionais. Reforço que a Secretaria de Habitação, o Secretário Aloísio, Secretário Adjunto, aqui representando o Fernando Chucre, vem acompanhando bastante de perto, e toda a equipe da SEHAB, esse projeto, uma vez que estamos falando de uma demanda habitacional de pelo menos 776 famílias, segundo números trazidos pelo Habisp e pelo cadastro da prefeitura, que estão dentro desse perímetro direito do Projeto de Intervenção Urbana. Então, é parte integrante. Então, esse slide é uma proposta de parcelamento do solo com abertura de vias naquelas dois quarteirões, criação de um parque linear, atravessando todas essas quadras grandes, que seriam fracionadas para receberem sistemas viários. Aqui temos também uma proposta de abertura de fruição pública, uma abertura para romper os quarteirões de edificações que já estão construídas, que são prédios de escritórios, de condomínios de escritórios já constituídos. En-

tão, o projeto tem também essa iniciativa, de romper os quarteirões, ainda que já implantados. Nessa área aqui, tanto a área verde, quanto o sistema viário, e essa área vermelha, farão parte da destinação de áreas públicas no ato do parcelamento do solo. E também esse quarteirão, aqui, em cima, ao norte (na verdade, aqui é a leste, o mapa está virado) de frente para a Gastão Vidigal, temos uma área de ZEIS 5, de propriedade da União e pertence hoje às atividades logísticas da CEAGESP. É um estacionamento de carga e descarga. Há uma parte de fluxo de caminhões que para eles é bastante ainda relevante. Os senhores têm visto e acompanhado nos jornais a complicação que o CEAGESP vem sofrendo com movimento de caminhão, grande, pequeno, enfim. O CEAGESP precisa urgentemente ter uma modernização, passar por um processo de reorganização dos fluxos, que passa também por um debate. E o Secretário Fernando Chucre vem acompanhando esse debate junto com a União, um debate sobre como encaminhar essa questão da ZEIS 5 da União e vizinha a um posto da Polícia Civil e ao próprio Cingapura Madeirite. Ai vamos entrar em uma sequência das principais ações promovidas por esse projeto. A provisão de unidades de Habitação de Interesse Social para 776 famílias, especialmente, essas duas que hoje moram em condições precárias na Linha E, no Nove. A reabilitação do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirite, contemplando a remoção de invasões nas áreas comuns do condomínio, invasões que provocam insalubridade para um conjunto habitacional que era absolutamente regular. A COHAB deve também acompanhar esse processo de reabilitação e requalificação desse conjunto. Além disso, parcelamento dos grandes lotes, que ordinariamente teriam que sofrer mesmo o processo de parcelamento, que é o mesmo processo que a Lei de Parcelamento, a Lei nº 16.402, exigiria. Terrenos maiores do que vinte mil metros, com destinação de área pública de 30%, e terrenos maiores do que quarenta mil metros, com destinação de 40% de área pública. É isso que o projeto está fazendo. Só que está fazendo isso de maneira integrada. Está fazendo um parcelamento de todos os imóveis, nesses três grandes lotes em conjunto, e já promovendo a destinação de área institucional com a edificação dos equipamentos sobre as áreas institucionais. É isso que vamos falar aqui. Então, é um processo de parcelamento do solo integrado; ele divide a terra e aprova, licencia também as edificações no caso dos equipamentos públicos e da Habitação de Interesse Social. Implantação de viário a ser desocupado da Favela da Linha, quer dizer, aqui, hoje, pelo mapa oficial da cidade, esse trecho de antigo ramal ferroviário é um logradouro público municipal, é uma rua importante a ser implantada para a questão de infraestrutura da região e de acessibilidade de quem está aqui, pela Marginal, do fluxo de carros para acessar aqui a Gastão Vidigal e irrigar com infraestrutura, tanto de mobilidade, a pé, de veículos e de rede de saneamento, sob a futura Avenida D ou a implantação desse sistema viário. Implantação de viário na área a ser desocupada pela Favela do Nove. Aqui já é uma rua oficial, já tem código de logradouro e até pavimento, mas aqueles que conhecem a região sabem que as casas, as habitações, os barracos, estão ocupando esse leito viário. Então, a intenção do projeto é de prover habitação, edificar Habitação de Interesse Social para assentar essas famílias, ou dentro do próprio perímetro do projeto ou em uma distância (os senhores irão ver no terreno da São Paulo Transportes) de quatrocentos metros desse ponto, onde estamos aqui, a quatrocentos metros para cá, que vamos olhar uma outra imagem em que aponta-se o terreno onde há a destinação de parte das habitações. Com isso, então, o parcelamento do solo seria reintegrado a todos os terrenos na região. Há uma diretriz de abertura de vias no próprio terreno da CEAGESP, que é essa ZEIS 5, que é um grande pátio hoje. Então, há uma abertura de vias também por dentro, para poder proporcionar o desenvolvimento da própria Zona Especial de Interesse Social, da ZEIS, quando da edificação de conjuntos habitacionais ou de equipamentos públicos nesse terreno. Esse terreno não está sendo considerado, até o presente momento, como parte da destinação dessas famílias que estou aqui mencionando, pelo fato de que ele é da União Federal e nesse caso a União não disponibilizou o terreno. Existe uma conversa aberta. O Fernando Chucre pode, se chegar a tempo na reunião, esclarecer, mas, a União de fato precisa desse terreno para a operação da CEAGESP. Então, é uma articulação que está sendo feita a nível municipal e federal para tentar verificar se não existe mesmo a hipótese de esse terreno vir para o projeto. Em não vindo, vamos enxergar que hoje a proposta é assentar parte dessa demanda nos terrenos da antiga CMTC, atual, terreno da SP Trans, junto à Imperatriz Leopoldina. Ai são requalificações de vias que já existem, recuperando ruas que ou não foram executadas, mas já têm lei de melhoramento, e elas já existem, ou, se não foram executadas, executá-las para proporcionar um parcelamento do solo mais regular para essa região de grandes quarteirões. Então, esse item é aquele que já mencionei, do projeto de lei que, junto do projeto do PIU, deverá existir uma medida para gravar áreas com fruição pública, para que as pessoas que acessam aqui as avenidas possam também permear por dentro dos terrenos. Ai é uma menção à ciclovia que existe na Marginal Pinheiros. E mais uma menção a uma integração que o projeto propõe ao sistema de mobilidade, tanto a pé, quanto cicloviária e travessia sobre o Rio Pinheiros, na Ponte do Jaguaré. Essa é uma visão esquemática do Projeto de Intervenção Urbana, o Rio Pinheiros, a ponte, os parques, Villa Lobos, e os terrenos, nesse círculo que estou fazendo. É aquele perímetro de cerca de 300 mil metros quadrados, que parte dele já está edificada com esses conjuntos de escritórios. O Carrefour fica aqui, quase na esquina, junto com uma loja da Decathlon, que é um equipamento conhecido na região, e os terrenos atualmente com destinação industrial, mas cuja a indústria, desde 2004, já saiu daqui, são o coração principal do projeto. Esse projeto partiu dos proprietários desses imóveis, da Empresa Votorantim, e que lá, em 2016, apresentaram um desejo junto à prefeitura de, como a indústria deles estava saindo daqui e o zoneamento estava sendo alterado para zona mista e não mais ZPI – Zona Predominantemente Industrial, a iniciativa da Votorantim seria a de proporcionar um desenvolvimento imobiliário desses seus imóveis em conjunto com o reassentamento das famílias em Habitação de Interesse Social, dentro do perímetro ou muito próximo do perímetro, como vamos enxergar. Então, Cingapura Madeirite está aqui nesse miolinho. Temos outras imagens preparadas. Aqui é uma vista da Marginal Pinheiros; aquele parque linear, que passa por dentro e termina na Gastão Vidigal junto ao Cingapura Madeirite, que está aqui. E esses prédios baixinhos estão lá hoje feitos, que são conjuntos empresariais. A Gastão Vidigal está aqui. Aqui a Marginal Pinheiros. O CEAGESP vizinho de muro. Mais uma vista aérea do lado contrário; o Cingapura no meio. Essa área institucional que mostramos é a área que está sendo destinada tanto para equipamentos públicos, creches, áreas de escola, de formação profissional, restaurante-escola, que vamos falar sobre, e outros equipamentos públicos, além de um percentual dessa demanda de Habitação de Interesse Social sobre esses equipamentos públicos institucionais. A atual Favela da Linha está aqui, seria então a abertura da Avenida D, e a Japiacu, que é essa curva aqui, que faz muro com o CEAGESP. Esse é o mapa de novo daquele trecho, dos terrenos que estão aqui pintados; são os terrenos considerados como transformáveis pelo projeto, e que receberiam algum potencial construtivo. E alteração dos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo. O novo quadro de parâmetros é esse aqui. Hoje estamos falando de terrenos que estão na macroárea de estruturação metropolitana, como zona mista. E pelo fato de estarem na macroárea de estruturação metropolitana, necessariamente, deverão receber um projeto específico, seja pelo Arco Pinheiros, seja esse projeto que está sendo demonstrado aqui, Projeto Vila Leopoldina - Villa Lobos. Há um incremento do potencial construtivo da atual ZM de duas vezes para quatro vezes; é compatível com os parâmetros das demais operações urbanas e das áreas de maior densidade. Além de demais parâmetros, quota ambiental, quota de solidariedade, taxas de ocupação, garbarito de altura. Há todas as menções dos parâmetros, aqui, que

não pode faltar nenhum. Esse projeto de lei deve encampar todos e, se aprovado, passarão a vigorar esses parâmetros e não mais os parâmetros da Lei de Parcelamento do Solo. Então, é pertinente colocarmos aqui que o Projeto de Intervenção Urbana, o Arco Pinheiros, ele já antecipa que haverá algum tipo de intervenção de maior densidade, com estímulo à indução da transformação, com fixação das populações nesse local, porque o Plano Diretor já disse que a macroárea de estruturação metropolitana, esses são os territórios de recepção de projetos dessa natureza, projetos que buscam maior adensamento e fixação das populações com a possibilidade de atrair, inclusive, mais gente para morar nessas regiões, bem servidas de infraestrutura. Temos a Estação Vila Lobos e logo na frente temos a Estação da CPTM da CEAGESP e aqui temos o corredor de ônibus projetado da Gastão Vidigal. Esse é um mapa que contempla todo o levantamento de habitações precárias na região, favelas. São cerca de 4287 domicílios hoje no cadastro da prefeitura. Cada caso é um caso e acaba sendo atacado na medida da necessidade, do recurso disponível, etc. Mas essas são as comunidades. Aqui, temos a demarcação das ZEIS, de toda esse Arco Pinheiros. Então, estamos falando aqui do PIU Vila Leopoldina e todo o perímetro é o Arco Pinheiros. Então, que conta com essa ZEIS, que tem pelos cálculos feitos condições de receptionar toda a demanda existente e descrita no slide anterior. Então, vamos buscar sempre um melhor aproveitamento de cada uma das ZEIS para que esses usos sejam eficientes, para que essa terra seja bem aproveitada e as populações que hoje aqui vivem não sejam removidas desse local e possam se manter morando na região. Então, não vou ler tudo, mas é um slide que descreve um pouco dessas 776 famílias do cadastro da prefeitura. O processo de contagem informal já foi iniciado, já houve duas reuniões no local pela SEHAB para aferir essas famílias, quem são e em que condições moram, qual a tipologia das famílias. A Favela da Linha com um número de 412 e a do Nove com 349 e no Cingapura Madeirite são 400 unidades formais, que existem desde o início de sua aprovação, mas contabilizamos um número maior do que 400, porque temos pelo menos 15 moradias irregulares no entorno do Cingapura. Então, temos uma necessidade de adequação dessa condição, até para fins de laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, segurança das edificações, saneamento, enfim, toda a questão de dignidade que o Cingapura deve ter. Ai é aquela imagem que comentei lá, atrás. Parte das famílias da Linha e do Nove seriam atendidas dentro do próprio perímetro, junto à área institucional, com equipamento compartilhado no térreo, e junto do Cingapura. O projeto propõe nessa primeira rodada uma produção de 250 unidades nesse lugar em verde e o restante da demanda das famílias, que passaríamos a ter suas residências transferidas para a área da SP Trans atual, com frente para a Av. Imperatriz Leopoldina, na região da própria Vila Leopoldina. A ideia seria mantê-las nessa região em um terreno de uma companhia municipal que então cederia o terreno para o projeto e para essa produção feita com contrapartida, como parte da contrapartida financeira. Toda a contrapartida financeira do projeto de intervenção urbana seria revertida na produção dessas unidades e dos equipamentos públicos aqui desenhados. Das famílias, em resumo, são 450 unidades. Parte delas já são do Cingapura Madeirite; 250 seriam novas unidades, produzidas dentro do perímetro do Projeto de Intervenção Urbana, que tem um quadro de áreas. Isso representa 55% do todo, da demanda, e o restante, 526, no que chamamos de empreendimento B. Então, teríamos um empreendimento A, novo, construído sobre os equipamentos públicos, na área institucional, dentro do PIU, e o empreendimento B feito na área da SP Trans, muito próxima do atual moradia dessas pessoas. Ai é uma sequência de dois ou três slides esquematizando aqui como seria a implantação dessas unidades. Essa é a área que fica bem no centro do projeto. O empreendimento A, com as 256 unidades em dois blocos, um mais vertical e um mais horizontal, baixo, na área institucional, e os equipamentos públicos, com praças e áreas de uso comum, no térreo. O Cingapura Madeirite, por esse esquema aqui, está bem aqui, na frente, logo depois dessa avenida. Essa é a outra área. Aqui é o terreno da SP Trans. Essa área em branco hoje não edificada tem uma previsão de destinação desse pedaço do terreno com frente para a Imperatriz Leopoldina, que corresponde a aproximadamente 10 mil metros quadrados de terreno sem edificação, para que recebesse as 526 unidades de HIS, a abertura de uma via, para definir um quarteirão de quase 10 mil metros quadrados e no futuro a implantação da própria via que já foi gravada pela Lei nº 16.541, que é Lei do Melhoramento Viário do Arco Tietê. É uma lei que está em vigor e precisa ser executada. Alguns dos senhores devem ter ciência de que existe – e, senão, trouxemos aqui para informação – uma investigação ambiental sendo feita no terreno da SP Trans, esse terreno que acabei de comentar. É uma contaminação, já foi investigada, foi identificada, e está sendo agora aprofundado isso em relatórios ambientais, pelo proprietário do terreno, que é a São Paulo Transportes, e coordenado pela CET, atual ocupante desse terreno. A Companhia de Engenharia de Tráfego tem uma cessão feita pela SP Trans para poder colocar ali uma área operacional deles. Então, a CET e a SP Trans, companhias ligadas à Secretaria de Transportes, sucessoras da CMTC, é que vêm acompanhando o contrato com a empresa de avaliação ambiental. Desde a década de 90 esse terreno vem sendo monitorado e a Cetesb vem acompanhando. Existe um gravame na matrícula e a Cetesb vem acompanhando e vem cobrando inclusive emitindo autos de infração nos momentos em que a SP Trans deixou de cumprir com prazos de entrega de relatórios, de medições. Mas o fato é que a remediação, o plano de intervenção ainda não está concluído. Esse terreno está dentro do Projeto de Intervenção Urbana, para receptionar essas 526 famílias, unidades, mas ele só terá a aprovação definitiva na medida em que o Projeto de Intervenção Urbana, que deve estar sendo concluído nos próximos meses – imaginamos que nesse semestre, no início do próximo – quando esse plano de intervenção tiver sido aprovado ou já apresentado para a Cetesb, que vai acompanhar isso. Vários dos terrenos da região na Vila Leopoldina têm contaminações parecidas, mas já receberam vários empreendimentos privados, inclusive, e foram remediados. Então, temos a convicção de que não é nenhum tipo de contaminação que não tenha solução. Ao contrário. É um imóvel que pelo diagnóstico até o momento relatado dá para sofrer um processo de remediação, seja com troca de solo, seja com outras medidas que o plano irá apontar. Mas temos frisado e frisei isso na audiência pública que, assim como qualquer empreendimento privado que fosse, não há a possibilidade de a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento ou qualquer outro órgão ambiental da prefeitura dar a aprovação para um terreno que não tenha tido o Plano de Intervenção aprovado. Estamos acompanhando e essa solução é casada. Caso esse terreno não seja viável em curto prazo, o projeto pretende, garantido o atendimento às famílias, apontar outras áreas de ZEIS que já foram diagnosticadas e estão dentro do caderno de propostas, para poder substituir esse aqui. Esse aqui é muito conveniente para a prefeitura porque é um terreno da empresa municipal, que está envolvida, a SP Trans, que está envolvida na cessão desse terreno e por isso ele é conveniente para a prefeitura. Se esse terreno for liberado, a porção, junto à Imperatriz Leopoldina, que comentei que seria essa daqui, com a construção desses condomínios e sub condomínios, com uma volumetria como essa que está aqui, colocada, com recursos financeiros, tanto aquele primeiro projeto que mostrei dentro do PIU como esse que está aqui, na redondeza do PIU, esses recursos financeiros são providos com a contribuição financeira da outorga onerosa, necessária, paga pela iniciativa privada, pelo empreendedor. Só que esse projeto traz um modelo diferente de pagamento dessa contrapartida, dessa outorga onerosa. São duas diferenças básicas. Ao invés de o pagamento ser feito ao longo do tempo para cada prédio que a iniciativa privada for construindo, ele vai

pagando a outorga correspondente àquele prédio. Nesse caso, há uma modelagem que antecipa toda a outorga onerosa que deveria ser paga ao longo da vigência de quinze, vinte anos; ao longo dos empreendimentos privados que fossem sendo feitos, os recursos iriam sendo receptionados pelo FUNDURB ou pelo Fundo específico do projeto, e sendo revertidos aos pouquinhos, a conta gotas, como é a outorga onerosa. A diferença é que o projeto antecipa tudo isso para o ano 1, é feita uma contabilidade, um fluxo financeiro, que é o responsável pela viabilização de um montante correspondente à edificação de todas essas unidades, mais os equipamentos públicos que estão no térreo. São algumas tipologias aqui, que aquelas maquetes estão trazendo. Esse é o prédio Lâmina, mais horizontal e baixo. Esse é o bloco morto, tipologia C, que conta com apartamentos de dois e três dormitórios. A intenção do projeto, na medida em que está hoje aqui, sendo proposto e modelado, é apresentar unidades de diferentes proporções, para atendimento à variabilidade das tipologias de famílias que vão ser contabilizadas no processo de selagem que está se iniciando. Então, a intenção é ter um projeto flexível, que, na medida em que a selagem for feita, ele possa ser adaptado e adequado para as tipologias diferentes. Existe uma discussão que o PIU enfrenta também, que é a questão da reurbanização. Nós, na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, na SEHAB, sempre fazemos a análise de reurbanização, de manutenção das famílias, da ZEIS 1, principalmente, no local onde elas estão, mediante intervenções de aberturas de vias, de instalações de redes de saneamento, quer dizer, retirando o menor número possível de habitações das ZEIS 1, para ver se é possível provermos condições de maior dignidade. Nesses dois casos, o projeto constata que é muito difícil mantermos as pessoas lá. Mas, de qualquer forma, nas audiências, conselhos, na participação que temos dado nessa diretriz, estamos abertos a ouvir, mas, tecnicamente, fizemos algumas análises, estudos e discussões e verificamos bastante complexa a manutenção das pessoas no leito viário, seja no leito viário da Linha, seja no leito viário da Rua Japiacu, porque hoje de fato os barracos estão muito próximos, muito juntos, inclusive, há situações em que passamos embaixo, vira quase que um túnel na Japiacu, para as pessoas entrarem. Então, a solução que o PIU está endereçando aqui é uma solução de produção habitacional nova e não de reurbanização das duas ZEIS 1 nesse caso, em especial. Ai são algumas das medidas necessárias para serem afetadas ao Cingapura Madeirite, todas voltadas para questões de infraestrutura e saneamento, de código de obras e salubridade. Esse é o projeto original, na imagem de cima, e a situação atual com uma série de ocupações das áreas comuns, de construções, de puxadinhos, de barracos, que foram feitos seja nas vagas de carros, nas ruas, nos acessos. Então, contabilizam-se 15 unidades a mais, além de um comércio local, algumas vendas que foram feitas ao longo do tempo nas áreas comuns do empreendimento do Cingapura. Aqui é um esquema para tratar um pouco dos equipamentos previstos e contabilizados no PIU. Então, uma UBS com 1.000 metros quadrados, mais um CAPS, com 750 metros quadrados, um Espaço Vida para atendimento da população em situação de rua, acolhida de geração de emprego, de formação. O Espaço Vida é uma iniciativa da Secretaria de Assistência Social, que vem empreendendo em unidades de acolhimento também para esse tipo população, questões profissionalizantes, Restaurante-Escola, Centro de Capacitação Audio Visual, dois CEIs. Ouvimos na audiência pública, na terça-feira, que talvez essa demanda não seja tão grande para CEI. Basicamente isso aqui é para contabilizar o que caberia em 6.750 metros quadrados de áreas de equipamentos públicos, como esses equipamentos públicos poderiam ser distribuídos. Então, vimos conversando com as Secretarias de Saúde, Educação, Trabalho, Empreendedorismo, para poder ter esse programa de equipamentos públicos junto às unidades nos terrenos dos apartamentos. Ai é uma imagem de referência, o projeto se inspira no Jd. Edite, tanto enquanto tipologia vertical, misturada com tipologia mais horizontal, são prédios altos e baixos, como também por conta do uso do térreo, que o próprio Jd. Edite conta com alguns equipamentos públicos no térreo, como creche e Restaurante-Escola também lá, hoje. Há uma questão a ser enfrentada, que é a questão de vida em condomínio, vida em um condomínio vertical, uso de elevador, cuidado com as áreas comuns, condominiais, etc. E esse tipo de trabalho, de pós-ocupação, também faz parte da contrapartida, está dentro da contrapartida do PIU Vila Leopoldina-Villa Lobos, a ser viabilizado financeiramente e até com recursos humanos, em parceria público-privada, com os empreendedores do PIU. Esse é um esquema do próprio Jd. Edite, que todos conhecem. Essa é uma imagem da ZEIS da SP Trans, o terreno da SP Trans está aqui. E as HIS e os equipamentos públicos estariam nesse trecho do imóvel, de frente para a Imperatriz Leopoldina, que é essa fachada aqui, e lá, no fundo, a CEAGESP. Essa imagem é vista de norte a sul. Ai uma maquete eletrônica. O pessoal fez tão real que parece que já está construído. Mas esses prédios que estão aqui, atrás, todos já estão construídos. São os empreendimentos da própria Vila Leopoldina, essas torres, esse predinho baixo também e esse também. E esses três prédios aqui são de 19 andares previstos para o PIU, mais os dois condomínios Lâmina baixinhos, e aquele prédio com uma ocupação maior, para receber as tipologias mais modulares, conforme mostramos lá, atrás. Basicamente, teríamos dois novos quarteirões sendo feitos, com cinco mil metros cada um, um pouco menos: 4.900 metros cada quarteirão desses, com uma via de acesso central aqui. Todos os equipamentos públicos voltados para essa via central e para as fachadas da vizinhança, tanto para a fachada da Imperatriz Leopoldina quanto para essa rua lateral, que faz divisa com o terreno da São Paulo Transportes hoje. Integrando-o, inclusive, na paisagem da região da Vila Leopoldina, com um empreendimento com qualidade arquitetônica e com adensamento compatível com essa região da cidade. Então, entendemos que é bastante relevante o uso, a eficiência do terreno de ZEIS nesse trecho para atendimento da demanda. Vou acelerar um pouco porque já são três e meia, Secretário. Algumas imagens de ilustração dessa rua central e dos dois condomínios. Aqui é uma vista da parte do PIU mesmo. O Cingapura Madeirite está aqui. A área institucional destinada no parcelamento do solo é esse trecho, os equipamentos públicos estão no térreo e no primeiro andar e na sobreloja e, a partir do segundo pavimento, teríamos as unidades habitacionais de interesse social, em dois blocos, um horizontal e um mais vertical, fazendo fundo ou frente, com o parque linear, que atravessa os terrenos da Votorantim que serão loteados. Mais uma visão do próprio Cingapura, com a frente do Conjunto Habitacional Novo, e os equipamentos no térreo. O Cingapura está aqui, reformado e reabilitado. O CEAGESP está lá, no fundo. E esses prédios que estão na volumetria seriam prédios privados, dos lotes resultantes do parcelamento do solo da atual metalúrgica Atlas. Outra vista da Imperatriz Leopoldina da fachada, que é de frente, o Cingapura, CEAGESP do lado direito, as torres, as torres privadas e as torres privadas de Habitação de Interesse Social com cerca de 250 unidades. Aqui a questão financeira. Fica aqui o registro que a intenção será, pelo projeto de lei do PIU, a alteração do parâmetro de coeficiente de aproveitamento para quatro vezes, e isso geraria 492 mil metros quadrados de áreas computáveis, um projeto em que o desenvolvimento daquelas torres privadas que vimos teria um consumo e uma velocidade de pelo menos uns 20 anos. São muitos prédios, muitos terrenos, é uma coisa inevitável. Essa região irá sofrer um processo de adensamento porque o Plano Diretor já orienta para que essa região seja de transformação, mas a intenção de projeto é fazer com que a outorga onerosa que deverá ser paga ao longo de vários anos seja antecipada para um único montante aqui no primeiro. São feitos esses anos aqui. Estamos em 2018, mas só a título de exemplificação. Então, temos um processo de antecipação dos recursos, a valor presente líquido, e esse recurso AVPL, ele representaria aproximadamente 80 milhões de reais, que é o que está sendo hoje proposto para discussão. Esses recursos aqui já desagregando os 80 milhões. Cerca de 55 milhões seriam revertidos, 55 milhões mais 30 milhões, da própria Sece-

taria de Habitação, seriam revertidos para produção habitacional de interesse social. A reforma e reabilitação do Cingapura, com mais esses recursos aqui, 4 milhões mais 1.2 milhão, assistência a moradores de rua, mais esse recurso, sendo empreendido e assim sucessivamente a orientação pós-ocupação, atendimento, assistência pelo período de cinco anos, os primeiros cinco anos das unidades novas, construídas com essa verba, e mais 6.700 mil metros quadrados dos equipamentos públicos que mencionamos, destinando R\$12,3 milhões para esses equipamentos. Então, em resumo, essa é a apropriação das receitas, 78% das receitas seriam revertidas em atendimento às famílias residentes nas favelas e os demais distribuídos de acordo com esses percentuais. Por último e não menos importante, mas para ficar com recado para o CMH, a gestão democrática prevista pelo rito do PIU, a primeira medida a ser tomada: constituição do conselho gestor das duas ZEIS hoje afetadas. A criação, em ato contínuo, a ideia é um processo pós-projeto de lei, em ato contínuo à aprovação do projeto de lei, a constituição de um conselho gestor da área de intervenção urbana do projeto com as seguintes competências: colaborar com a definição da ordem de prioridades dos serviços, das prestações das contrapartidas; a manifestação prévia sobre as propostas de implantação das HISs, equipamentos públicos; acompanhar e fiscalizar a implantação do próprio PIU e seus recursos, e colaborar na prestação de contas para a população em geral, dando publicidade. Então, faz parte da gestão democrática desse projeto. É isso. Temos um resumo de tudo. Proponentes: esse projeto emanou da iniciativa privada. Foi submetido à aprovação da prefeitura ainda em 2016, na gestão anterior. Foi autorizado naquele momento o aprofundamento dos estudos. A área total é de 300 mil metros quadrados, aproximadamente, dentro do Arco Pinheiros. E busca compatibilizar com a área do CEAGESP e busca induzir o desenvolvimento mais equilibrado nessa região da cidade, providenciando esse programa de interesse público com o investimento de cerca de R\$80 milhões, que já dissemos. É isso. obrigado pela atenção e paciência na explicação. **Sra. Verônica** - O que prestei atenção é que ao longo da apresentação da Vila Leopoldina, depois, no final, do círculo, são 5% de Habitação de Interesse Social. Quer dizer, como sempre os programas são de exclusão dos mais pobres. Então, fiquei com esse pensamento aqui, tanta explicação, tanta coisa e, no final, percebemos que a população pobre vai embora dali, infelizmente. **Sr. João Bosco** - Parabéns. Tecnicamente, é muito bem elaborado o projeto, bonito, mas do ponto de vista social, compatível com a Verônica, achei meio capenga. E um pequeno detalhe. Temos uma população hoje de idosos na cidade se aproximando dos 15%. Nessa região específica essa população de idosos ultrapassa os 20% e praticamente não foi visto nada para os idosos. **Sra. Laís** - Boa tarde. Primeiro queria agradecer o Marcelo pela apresentação bastante completa, didática. Tenho duas preocupações. Uma é como saber se a conta fecha, esses R\$80 milhões, se as soluções não são definitivas e ainda há bastante indefinição a respeito de onde essa demanda dessas quase 800 famílias vai ser atendida, e isso altera bastante os custos. Então, como saber se esses R\$80 milhões irão dar conta? E fiquei com uma dúvida também sobre a origem desses R\$80 milhões. Parece-me que uma parte é outra e outra parte é pública. E aí me preocupa muito quando falamos dos recursos públicos, tanto da terra pública da SP Trans, como dos R\$30 milhões de recursos, se eu entendi direito, que vão sair de recursos públicos. Pergunto-me se faz sentido. Isso foi um projeto de iniciativa privada e tudo bem, é legítimo, está previsto no PDE, mas nesse caso seria a Votorantim decidindo o destino desses R\$30 milhões e desse terreno público. Do ponto de vista da política habitacional, acho isso bastante questionável. E, continuando nessa linha, por que essa demanda habitacional, que está sendo tratada dentro desse projeto, não está sendo mais abrigada dentro desse projeto? Por que os senhores, enquanto representantes da prefeitura, não tentam negociar mais para uma parcela maior ser atendida ali dentro, seja via verticalização, via quota de solidariedade? É outra dúvida também. O senhor comentou, mas no quadro não aparecia quota de solidariedade. Então, por que não pressionar para uma maior parcela de produção de HIS ali dentro do terreno mesmo? As ZEIS podem ser uma solução? As ZEIS fora do perímetro podem, mas essas ZEIS são para atender a demanda habitacional do município inteiro. Não faz sentido. Então, temos que colocar isso dentro de uma discussão maior. É essa favela que é prioridade de ser atendida dentro da demanda do município inteiro? Pode até ser, mas temos que discutir. Não podemos deixar que a Votorantim diga quem será atendido ali porque ela tem outros interesses que são legítimos, mas, enfim. Outra questão é: em que pé está isso? O senhor falou de uma proposta de lei, enfim. Acho que é inadmissível irmos para uma proposta de lei sem saber para onde essas famílias vão, sem ter uma solução definitiva. Se vai ser SP Trans, se vai ser outro lugar, se vai ser dentro, quando, como, principalmente como elas vão acessar essas habitações, se vai ser onerosa, com que recurso elas vão acessar? Isso vai ser uma doação? Não ficou claro na apresentação. E, por fim, sobre o financiamento, os senhores falaram em antecipação da outorga onerosa e nunca haviam visto isso. Querida saber se é uma novidade. E, se é uma novidade, esses R\$50 milhões que vão ser antecipados, se esses R\$50 milhões fossem arrecadados ao longo do tempo, iria haver uma correção nessa outorga, porque o preço da outorga é corrigido ao longo dos 20 anos. É um preço hoje e ao longo dos 20 anos ficaria mais caro. Querida saber se os senhores estão antecipando isso também ou é um desconto? Os senhores estão assumindo que estão dando um desconto para os empreendedores? **Sra. Nilda** - Quero agradecer os esclarecimentos da nossa jovem que esclareceu algumas questões importantes aqui, inclusive, o que é nossa preocupação aqui, porque primeiro que é uma empresa privada e sabemos o que é uma intervenção urbana. Já acompanhamos em outras regiões da cidade, vimos as dificuldades de famílias que ocuparam a região a vida inteira, construíram sua história, sua vida naquela região e vem um empreendimento imobiliário. Estou vendo a mesma cena que eu vi no Edite e em outras comunidades. Então, é preocupante saber que a urgência de tirar as famílias é grande, mas o atendimento habitacional, não vemos aí se tem urgência. A urgência é para tirar as famílias. E não é prioridade. Por exemplo, a prioridade são as famílias que estão lá, no Largo do Paissandu, esperando um atendimento habitacional, e até agora não há nenhuma expectativa de tipo de atendimento, prazo. Inclusive, Defensoria, Ministério Público, estão aguardando uma resposta da Secretaria de Habitação para ver quando irão atender as famílias no Largo do Paissandu. Então, certamente, essas famílias agora não são prioridade. E há famílias morando em situações bem mais precárias na cidade. Então, nos preocupa muito saber que a Votorantim pode decidir a vida de quem mora lá com suas famílias há muitos anos naquela comunidade e que com certeza olhamos um empreendimento daqueles e não vemos um pobre nele. Certamente, as condições, um empreendimento como esse, não é para pobre. E acho que apresentar aqui, no Conselho, para nós, não teríamos nem como aprovarmos um negócio desses. Se é só para consulta, tudo bem. Mas, se é para aprovação do Conselho, é impossível. **Sra. Ana Procopio** - O projeto é muito bonito e vale a pena também atender as famílias, mas desde que atenda as famílias de ambas as partes, porque o problema de São Paulo, o que está ocorrendo é com as famílias de baixa renda, que não estão tendo condições e estão precisando de ajuda. Está certo, a Votorantim olha muito a parte social, mas desde que ela olhe a parte social de ambas as partes, porque a distribuição não está reagindo em todos os lugares. Não adianta atender só um local, acabando a periferia e os outros lugares ficando sem atendimento. **Sra. Urânide** -Boa tarde a todos. O projeto é realmente muito bonito e principalmente quando na sua fala o senhor coloca que vai realmente chamar a atenção, interessar muito as pessoas a morarem naquela região. E fica provado que o pobre não tem direito à cidade. Que pessoal é esse, que gente? O senhor usou a palavra gente. Que gente que é essa que vai realmente se interessar em morar naquela área? E a família de baixa

renda? Quer dizer que fica bem provado, e quero me consolidar com a fala dos companheiros que me antecederam, fica muito claro aqui que esse projeto é realmente tirar a família de baixa renda do direito ao centro da cidade, de lugares onde há infraestrutura. Isso também ele diz claro em sua fala. Um lugar perto de infraestrutura, perto daqui, perto dali, e as famílias vão para onde? **Sra. Mariza** - Boa tarde. Para mim ficou muito confusa a questão dos esclarecimentos. Aí concordo com todas as falas que antecederam a minha. Acho que precisávamos nos aprofundar melhor, entendermos melhor. É uma consulta? Isso, concordo com as companheiras que falaram. Temos uma responsabilidade muito grande aqui, enquanto representantes dos movimentos populares, sendo conselheira. Precisamos fazer muitas coisas e para nós, a questão da moradia, principalmente, morar no centro, é um grande desafio, que temos que entrar de cabeça, corpo e alma e tentar ver o que podemos fazer enquanto conselheiras, para mudarmos essa realidade, que é tão difícil. As vezes, é tão burocrático, não sai do papel o tanto que gostaríamos que saísse. A falta de moradia no centro é muito complexa, muito maior do que pensamos. Uma coisa que fiquei preocupada e não ficou bem claro para mim na apresentação é na questão das famílias da Favela do Cingapura, essas famílias que serão removidas para esse empreendimento lindo, muito lindo. E aí gostaria de entender, sempre temos a preocupação, se as famílias vão morar, qual será o valor do financiamento, como vai ser esse financiamento, vai ter subsídio, a questão da outorga onerosa. Ficamos com dúvidas. Então, gostaria de ter mais esclarecimentos. Temos que nos preocupar. Vemos que cada dia mais morar no centro é sonho. Não para todos. E temos que pensar com muito carinho sobre esse novo projeto, sobre esse projeto lindo que nos foi apresentado, ainda mais sabendo que é uma construtora. Nada contra a construtora, mas ficamos preocupados com a realidade e a expectativa das famílias que irão morar lá, principalmente, financeiramente. **Sr. Zequinha** - Boa tarde. Essas coisas que são apresentadas para nós aqui, ficamos com uma pulga atrás da orelha, porque para os movimentos sociais, a Prefeitura de São Paulo está apresentando as PPPs, é o que é o debate hoje na Cidade de São Paulo: "Ah, não, se os senhores querem moradia, a prefeitura não tem dinheiro! Quem tem são os empresários. Então, tragam os projetos dos senhores para as PPPs". E agora estamos vendo aqui que a Prefeitura de São Paulo tem dinheiro! Quer colocar dinheiro para fazer isso daí, pessoal! De repente, aparece o dinheiro! Então, é de interesse sim algumas coisas que acontecem aqui. Então, temos que ter coragem de dizer, pessoal. Temos que ter coragem porque estamos com um prefeito aí que gostaríamos que ele evoluisse mais do que o outro que saiu, porque sabemos que é 171, vamos dizer bem assim. Disse que na Prefeitura de São Paulo ia ficar realmente os quatro anos e não ficou. Não teve coragem de tocar a maior cidade do Brasil. Estou falando aqui porque isso é um Conselho aberto e temos direito a voz. Sou conselheiro pelo segundo mandato e não dá para aceitarmos isso que é trazido aqui. Não tem dinheiro para os movimentos sociais. Há muita gente precisando, com a corda no pescoço. Como já disse a companheira, a prefeitura não tem responsabilidade com aqueles que estão lá na praça, mas tem R\$30 milhões para colocar em um projeto que nem vimos ainda, porque não estão falando. Gente, a Cetesb nem disse se está ok. Então, há muita coisa ainda para acontecer sobre isso. E R\$80 milhões é muito dinheiro para fazer só 250 unidades. Gostaria de fazer essa colocação porque os companheiros que estão aqui, que vão ficar para a nova gestão, vamos abrir o olho. Não vou estar aqui na nova gestão, na próxima gestão, mas vou vir para a plateia, com certeza. **Sr. Marcelo** - Muitas perguntas, não tenho a resposta pela competência, porque os senhores viram, e este Conselho é da política habitacional, então, há muitas questões aqui que estão sendo ainda discutidas junto à Secretaria de Habitação, e quem tem conduzido alguns desses aspectos, eu comentei alguns, é o próprio Secretário Fernando Chucre. Por alguma razão ele ainda não teve a oportunidade de estar aqui. Mas estamos trabalhando a várias mãos dentro da prefeitura e vou tentar esclarecer aquilo que me couber e aquilo que tenho resposta objetiva. Algumas falas que foram colocadas dizem respeito ao projeto não dar espaço para os pobres, ao projeto não dar espaço para as pessoas que moram lá hoje, de baixa renda, e que mais uma vez esse seria um projeto excludente, voltado para outras rendas, outras classes, que não são mais baixas. O que o projeto faz é mapear, logo de cara e junto com a prefeitura quantas são as famílias que hoje já moram lá. Então, partimos de um número que não é definitivo, está sendo contabilizado junto à Secretaria de Habitação, de 776 famílias. E 100% das 776 famílias têm destino dentro do projeto. Então, quem mais mora na região de baixa renda que não está acessível ao mercado formal, ao mercado de habitacional formal? Tantas quantas pessoas viermos a contabilizar nessa selagem. Já está se iniciando como eu disse. Haverá duas equipes, não sei se há alguém aqui da SEHAB responsável pelas visitas, pela contabilidade das famílias, mas, se a contagem for um número maior do que as 776, o projeto vai sofrendo o seu devido ajuste para que 100% das famílias sejam satisfatoriamente atendidas. Quem mais mora além dessas pessoas? Ninguém, nessa região, nesse subperímetro do Arco Pinheiros, porque só há prédios de escritórios, lojas, concessionárias, postos de gasolina. Então, o projeto não é, ao meu ver, um projeto de exclusão. É um projeto de atendimento da população de baixa renda que está lá dentro, ocupando, trabalhando, morando, vivendo, que tem suas vidas assentadas nesse local. Ao mesmo tempo, outras questões aqui trouxeram a priorização desse atendimento: por que o atendimento dessa favela, dessas famílias, e não daquelas que estão aqui, fruto da tragédia, do desabamento do prédio no cento, que estão no Largo do Paissandu? Por que não essas pessoas ou outras que estão morando na rua, tão ou mais vulneráveis do que essas? Porque esse projeto busca atacar o problema em partes. Então, as questões de déficit habitacional que dizem respeito a essa região da cidade, nesse perímetro, nesse local, são essas que vimos mapeando junto com a Secretaria de Habitação. A discussão da Favela do Nove, da Linha e do Cingapura Madeirite já é um assunto de largo conhecimento da Secretaria de Habitação. Há mais de 10, 15 anos, essas famílias têm reconhecido seu local de moradia, vulnerável, precário, e estão em uma fila de atendimento, que a Secretaria de Habitação já vem contabilizando em nome. Eles estão no cadastro formal da prefeitura. É lamentável a demora para esse atendimento. É lamentável o que acontece com um Cingapura, um conjunto habitacional que deveria ser a solução e que, por várias razões, ele passa a ser um problema: o fato de as pessoas morarem na sua casa, e, de repente, estarem sofrendo um processo, no conjunto onde elas moram, um processo de degradação e desvalorização da dignidade que um dia tiveram ao morarem ali dentro. Então, o projeto tem suas limitações. Quanto ao recurso financeiro que a Laís também levantou, o recurso é de R\$80 milhões. Segundo uma matemática financeira, que conhecemos bem essa discussão da matemática financeira, e ela está aberta à discussão, deve estar aberta ao acesso de quem tiver dúvidas e quiser entrar nas minúcias, mas, naturalmente, é uma inovação: é a antecipação de um recurso que seria devido pelos empreendedores ao longo dos anos da aplicação dos empreendimentos que fossem sendo feitos ali. A inovação é a antecipação. Segundo uma taxa de desconto, segundo uma matemática financeira que antecipa um valor calculado atualmente, projetado para o futuro, em uma estimativa de 15, 20 anos, e depois trazido ao que chamamos de valor presente, para poder chegar a essa matemática dos R\$80 milhões. Então, calculamos hoje um valor de cerca de R\$230 milhões, R\$240 milhões, que seriam devidos ao longo do tempo. Trazidos ao valor presente são por volta de R\$80 milhões. Essa conta pode mudar um pouco na medida em que fomos tendo que adequar o projeto, as demandas, e na medida em que fomos adequando os estudos econômicos financeiros a essa realidade. Então, aproveitando esse gancho da questão da antecipação do recurso e da disponibilidade financeira que o projeto traz, acho que foi o Zequinha quem questionou, disse que se fala

muito na PPP, que a prefeitura não tem dinheiro e que nesse caso parece que a prefeitura tem o dinheiro. Mas, na verdade, o dinheiro que a prefeitura tem e que está sendo empregado desse jeito aqui é um dinheiro, entre aspas, virtual, que é o potencial construtivo. A outorga onerosa ou o potencial construtivo para se construir sobre os terrenos é de propriedade da prefeitura. Então, é bastante interessante que isso seja também de conhecimento de todos os senhores, cada um em uma área de atuação, em um nível de conhecimento sobre esse assunto, porque aquilo que chamamos de outorga onerosa é um tributo, é uma taxa paga pelo dono do terreno para a prefeitura. Então, por que o dono do terreno paga alguma coisa para a prefeitura? Ele não é dono do terreno? Ele é dono do terreno até, em São Paulo, uma vez a área desse terreno. Se o sujeito tem um terreno de 1.000 metros quadrados, e no terreno pode construir quatro vezes mil, ou seja, 4.000 metros quadrados, os 3.000 metros quadrados acima desses mil, ele paga para a prefeitura, no que chamamos de contrapartida financeira, conhecida como outorga onerosa. O projeto trabalha nessa seara, nesse capítulo aqui. Sabemos que, para construir acima de uma única vez, vamos dizer que ele tem 100 mil metros quadrados de terreno e vai ser proporcionado para ele quatro vezes 100 mil metros, ou seja, 400 mil metros quadrados. O valor a se pagar por essa diferença de 400 para 100, que são 300 mil, por exemplo, tem um preço, preço esse dado pelo Plano Diretor de São Paulo. É uma conta dada. Não estamos inventando essa conta. É uma conta que está na lei desde 2014. Essa mesma conta é aplicada aqui. A única diferença, reforço: essa conta, ao invés de ser empreendida ao longo de cada prédio, de cada torre sendo feita, ano a ano, ano a ano, como a cidade é feita assim, aos pouquinhos, ao invés de esse pagamento ser feito a prazo, ele seria feito à vista. Aí a Laís trouxe, muito bem, a questão do desconto: haveria algum desconto por ele fazer na frente, por ele fazer antes esse pagamento? Não tem desconto. Por outro lado, também não colocamos na conta uma valorização. Então, hoje essa região já é valorizada para fins de pagamento de outorga onerosa. Todos aqui sabemos que é uma das regiões valorizadas na Cidade de São Paulo. Então, o valor dela já está calculado em uma alíquota alta. Haverá um processo de valorização ao longo do tempo? Deve haver. Não sabemos quanto e seria mais um elemento para enfiarmos nessa matemática financeira, nessa conta, para ficar mais complexo ainda, que seria uma taxa de valorização estimada, hipotética. O que fazemos é: considerando que hoje a região já é valorizada, fazemos o cálculo a valor presente, antecipamos esse pagamento e, ao invés de o FUNDURB receber por ano 10, 15 milhões de reais decorrentes da outorga que seria paga por cada predinho feito aqui, dentro, o que estamos dizendo é: jogue tudo para o dia de início, para o start desse projeto, e aí temos, então, na conta os tais R\$80 milhões. Quanto ao aporte da prefeitura em complemento, seria acima dos R\$80 milhões, e é um valor ainda que é para atendimento a tudo isso que dissemos, as unidades, mais os equipamentos, e é um valor que pode advir do FUNDURB, como complemento da execução desse projeto. Alguém perguntou aqui da questão da deliberação, a Nilda, se o Conselho estaria deliberando ou estaria sendo consultado. Estamos trazendo exatamente para poder esclarecer, responder as perguntas; não vamos esgotar todas as perguntas, porque trata-se de um processo consultivo neste momento aqui. Então, toda essa consulta que está sendo feita aqui, está sendo anotada, a nossa equipe também de técnicos da São Paulo Urbanismo, e queria até agradecer muito o Fernando Gasperini, que vem acompanhando, tocando esse projeto com bastante seriedade, junto com os empreendedores, com o pessoal da iniciativa privada. Mas esse, de fato, é um projeto feito muito dentro da prefeitura, com os braços, com a iniciativa, com a vontade dos empreendedores, que são proprietários de terrenos, que naturalmente enxergam nesses terrenos um valor econômico, e então, temos tudo o desafio de calibrar, equilibrar os ônus e bônus, os encargos de se construir dentro da cidade de São Paulo. O João Bosco disse que era um projeto capenga porque falta política para idosos. Política para idosos é uma política de fato transversal da cidade. Um projeto nesse nível ainda de propositura, ele não tem como foco principal os idosos, mas tem como foco principal todos as outras questões sociais que mencionamos, inclusive, pessoas hoje em situação de rua. **Sra. Verônica** - O senhor não está entendendo a nossa pergunta. Perguntei dos 5%, no círculo. **Sr. Marcelo** - No círculo, na pizza. Aqui, estamos dizendo, Verônica, 5% dos recursos financeiros, do slide anterior que eu comentei, R\$4 milhões mais R\$1,2 milhão dão R\$5,2 milhões, voltados para reforma e reabilitação do Cingapura. Então, esse pedacinho da pizza é reabilitação do Cingapura. Contudo, dos recursos, dos R\$110 milhões, se consideramos R\$80 milhões mais R\$30 milhões, 78% são para produção habitacional de interesse social. Então, essa distribuição percentual que vai fechar 100% é a distribuição do recurso financeiro para questões sociais, divididas nessas cinco questões. **Sra. Verônica** - De R\$80 milhões, que vai sair dinheiro da prefeitura, do FUNDURB, que é o dinheiro que ainda nos atendendo, as entidades, para ter 11% de 78%, Marcelo, para nós não é nada! Quer dizer, quantas pessoas vão ser atendidas do Cingapura, quantos moradores de rua, quantos vão ser atendidos da Favela do Nove?, e assim por diante. Olha, tenho trinta e cinco anos de movimento! Isso aqui, meu amigo, quando vemos no papel, já sabemos quantos não vão morar lá dentro. Só isso. Estamos cansados de ver programas no papel e exclusão do povo para a rua, exclusão do povo do centro para os bairros, entendeu? Depois vemos ocupação, prédio caindo, prédio pegando fogo, favela pegando fogo, e daí? São esses números? O povo não é gado. Seguindo, não temos valor de número. Temos vida. É isso que estamos discutindo aqui. **Sr. Marcelo** - Entendi a sua preocupação. Precisamos falar em números. E sabemos que as pessoas têm vidas. O projeto não pretende expulsar as pessoas que estão hoje lá. Podemos detalhar mais esses números, os recursos e como esses recursos estão sendo empreendidos e distribuímos isso, não sei como fazemos aqui, mas pode ser por e-mail, por apresentação. Esses números não são inventados. Estão todos lá, na internet, na consulta pública, mas podemos reiterar essa informação aos conselheiros do Conselho Municipal de Habitação, e colocá-lo, como São Paulo Urbanismo, como agente público, disponível para conversarmos na própria SP Urbanismo e detalhar um pouco melhor os fluxos, o recurso, as dúvidas, se é dinheiro de prefeitura, se dá mesmo para contar com esse dinheiro, as taxas consideradas, que risco a população está sofrendo aqui de que esse projeto não saia do papel e não passe de uma apresentação de PowerPoint. Não gostaríamos de maneira alguma que as discussões que são muito ricas, em todos esses processos de consulta e audiências, se perdessem. Temos feito essa sistematização e pretendemos dar solução a todos eles, mexer no projeto se for o caso. Não é um projeto fechado, não é um projeto que vem aqui para conhecimento dos senhores porque amanhã ele vai ser encaminhado para a câmara de vereadores. Ele tem ainda um longo processo que esperamos que seja construtivo para que ele seja melhorado. Esse é um pouco do intuito de uma reunião como esta aqui, hoje. Temos as demais manifestações aqui, da Urânide, da Ana Procopio, que acho que já falei, a Mariza também fez seus comentários aqui e muito na linha da confusão, de que é muita informação, é muito complexo, é difícil. Não é um projeto simples mesmo. Tantas quantas vezes pudermos esclarecer e receber, marcar uma próxima reunião com pessoas que possam se interessar e fazer uma reunião sem microfone, uma coisa mais à mesa, mais tête-à-tête, estamos à disposição. Por fim, o Zequinha, que havia falado de 250 unidades. Acho que ficou claro que não são 250. São 776 unidades, que é o número de onde partimos. Desse, partimos. Qualquer coisa, acima desse valor, desde que ele possa ser incorporado no projeto. **Sr. Aloísio** - Como o Marcelo disse, a apresentação da São Paulo Urbanismo foi o título consultivo do Conselho. Aceitamos a sugestão do Marcelo de ele apresentar essas informações, que estão disponíveis no site, para os conselheiros; apresentar à Secretaria do Conselho Municipal de Habitação, para que encaminhe a

todos os membros, todos os conselheiros, essas informações mais detalhadas. Acabada a manifestação do Marcelo, Verônica. **Sra. Verônica** - Fico muito triste e vou continuar, enquanto estiver no Conselho, sentada aqui, questionando: por que nós do Conselho só vimos para ser consultados? Por que não somos chamados para participar dessas discussões? **Sr. Aloísio** - Como o Marcelo esclareceu, a São Paulo Urbanismo tem uma agenda de audiências públicas e nessas audiências as contribuições, a participação, serão devidamente ouvidas, anotadas, para deliberação em sede de São Paulo Urbanismo. **Sra. Verônica** - Quando fossem feitas, que nos chamassem como conselheiros para participar das audiências públicas. Alguém chamou? Alguém participou? **Sr. Aloísio** - Será apresentado o calendário das audiências públicas para a participação de todos. O calendário ainda não foi definido. Será definido pela São Paulo Urbanismo para que possa haver maior participação. **Sra. Isadora** - Duas perguntas, tanto da Laís, quanto da Mariza, foram a mesma pergunta e o senhor não respondeu. Querida só reforçar. O senhor falou em R\$80 milhões e depois, no meio da sua fala, o senhor falou em R\$80 milhões mais R\$30 milhões. Mas no slide estavam R\$50 milhões mais R\$30 milhões, dando R\$80 milhões. Não estou entendendo. No slide estavam R\$50 milhões, de privado, e R\$30 milhões, público. O senhor na sua fala disse R\$80 milhões de outorga. E depois o senhor na sua fala disse R\$80 milhões mais R\$30 milhões. Não estou entendendo. A Laís havia perguntado isso. E a Laís e a Mariza perguntaram sobre o financiamento. Esses R\$110 mil por unidade está dando, pelas nossas contas, que é extremamente superior ao Minha Casa Minha Vida, todo mundo sabe. As famílias vão pagar por isso, como é essa prestação? A Mariza perguntou especificamente sobre isso. **Sr. Marcelo** - Não errei a conta, Isadora. É esse slide aqui. R\$55 milhões, recursos privados e R\$30 milhões de recursos públicos. Se a senhora somar R\$55 milhões, mais R\$4 milhões, mais R\$1 milhão, mais R\$4 milhões, mais R\$3 milhões, mais R\$12 milhões, vai dar R\$80 milhões da outorga onerosa, mais R\$30 milhões. Então, estou falando em R\$80 milhões mais R\$30 milhões. Temos um slide que ficou oculto, para questão de simplificação, que tinha esse número. Mas não vamos conseguir naturalmente esclarecer o detalhe da conta, mas faço questão de que as contribuições dos conselheiros aqui presentes hoje sejam encaminhadas para nós, na São Paulo Urbanismo. Sentamos para falar sobre isso, inclusive com a Secretaria de Habitação, para poder dar essa resposta para a Mariza e para a Laís também, sobre a política habitacional. A questão da política habitacional, o que a Secretaria de Habitação tem no passado é que as unidades seriam adquiridas em um regime de mais baixa renda, das pessoas sem comprovação de renda, ou do HIS 1. Então, é uma aquisição subsidiada, pela prefeitura para as famílias. Existe uma discussão que surgiu sobre a questão do acesso à moradia, ser adquirido e subsidiado, ou seria via Locação Social. Essa discussão está surgindo e acho que os senhores, aqui, do Conselho, têm acompanhado. Foi apresentada aqui, em outra oportunidade, algumas leis que estão sendo aprovadas na câmara dos vereadores, discutidas com a Secretaria de Habitação, no que diz respeito à institucionalização de um programa de Locação Social. Então, na terça-feira, na audiência pública, essa questão também veio, estava na audiência, à mesa, o Vereador Police Neto, que é um entusiasta, um defensor, o autor do projeto de lei da Locação Social. E aí colocando a possibilidade de que essas unidades fossem disponibilizadas à demanda, às famílias, via Locação Social. Então, essa é mais uma questão que não está definida. Os senhores estão reparando que não trouxemos o projeto de lei. Esse não é o projeto de lei, muito longe de ser um projeto de lei. Para ele chegar com uma característica, uma formação, uma sequência de artigos, parágrafos e quadros, de projeto de lei, precisamos ainda esclarecer várias dessas dúvidas. A Laís também falou da questão da garantia, do atendimento às famílias naqueles terrenos. Se o terreno da SP Trans ainda passa por um processo de diagnóstico ambiental, que ainda não há um plano de intervenções, qual é a garantia de que ele será um terreno disponibilizado? Esse projeto de lei só será encaminhado se essa questão da garantia, do atendimento, seja nesse terreno, com o Plano de Intervenção decidido, seja em um terreno na região, for viabilizada como parte dessa engenharia financeira, vamos dizer assim, que o PIU está propondo. Então, temos muitos problemas, muitas questões, para serem superadas. O que não gostaria de achar que é um problema, porque não acho que seja, é o de que não estamos fazendo atendimento às questões sociais mais vulneráveis, porque acho que esse é o coração do projeto. Se surgiu essa dúvida aqui de que não estamos atendendo a população realmente necessitada, como prioridade de atendimento, aí então, temos que dar uns passos atrás porque eu achei que isso já estava superado. Os problemas que eu quero discutir, que queremos discutir, são questões de descontaminação, selagem, de contagem das famílias, de garantia de atendimento populacional, de que a outorga onerosa antecipada está bem calibrada, nem a mais e nem a menos, que a prefeitura não está favorecendo aqui um lado a mais do que o outro, não mais a iniciativa privada do que a causa pública. Então, é disso que estamos falando aqui. Agradeço demais as contribuições que vieram aqui hoje, porque são no sentido de melhoria do projeto. **Sr. Aloísio** - Também quero lhe agradecer, Marcelo, por explorar muito bem o tema. Sei que o tema irá ter mais questionamentos, outras apresentações. E o senhor, em um espírito bem republicano, trouxe ao Conselho Municipal de Habitação. E ainda está na construção do diálogo, na construção dessas agendas, de forma positiva, para que se ouça a população, todos os interessados e que todas essas variáveis venham a equacionar em um resultado positivo para a cidade e principalmente para a população. Ainda dentro do Item 3 de nossa pauta está a apresentação do PIU Setor Central, que nossa palestrante é nossa arquiteta da São Paulo Urbanismo, a Rita de Cássia. Porém, devido ao avanço da hora, quero fazer uma sugestão aos conselheiros. Como a apresentação da Rita é de 80 slides e vai requerer uma discussão muito maior, vamos trazer em uma próxima reunião ordinária ou em uma extraordinária. Vou colocar aqui, na pauta, para que haja deliberação nesse sentido. O Item 2, quero fazer apenas um comentário, que ele foi apresentado na última reunião da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação, e houve uma gestão da nossa Conselheira Verônica Kroll para que o Reinaldo Iapequino fizesse a apresentação. Foi acolhido e deliberado isso em sede da Comissão Executiva e foi por isso que ele apareceu em nossa pauta do Conselho Pleno. Mas, percebemos que tanto o PIU Setor Central quanto o Vila Leopoldina consumiram bastante nosso tempo. Então, para o Item 2, para o Item 4 e para a segunda parte do Item 3, serem reapresentados na pauta da próxima reunião ordinária do CMH. **Sra. Verônica** - Posso sugerir? Se for fazer uma reunião extraordinária, que saiamos daqui com a data da reunião para a semana que vem, no máximo, terça-feira, porque quinta é feriado, para retomarmos esses pontos, porque está a questão da área central, a questão dessa carta de crédito aqui, que também é uma questão que podia ajudar essas famílias que hoje estão na praça, que não têm para onde ir. Então, que no máximo terça-feira voltemos aqui com esses pontos para discutir, porque a questão do Item 3, Secretário, já entendemos bem, está bem clara, vai haver discussão na câmara. Vamos à câmara, vamos quebrar o pau lá, mas temos que discutir pontos que estão com urgência aqui. **Sr. Aloísio** - Senhores, não consigo definir uma data para a próxima reunião extraordinária. **Sra. Urânide** - O Item 4 fala de mudanças do chamamento. O Secretário, é importante a sua presença, e ele não está. Então, sugiro uma data extraordinária para o Item 3. **Sr. Aloísio** - Então, ficou a sugestão de fazer uma extraordinária para o Item 4. Contudo, não consigo definir essa data hoje porque estamos no meio do processo eleitoral do Conselho Municipal de Habitação. Os nossos servidores estão empenhados para a organização desse evento em toda a cidade, no domingo agora. Então, peço a gentileza e a compreensão de todos. Assim que passar o processo eleitoral, volto com uma data e comunico a todos a respeito de uma reunião extraordinária na melhor oportunidade para o Item

4 de nossa pauta. E para os demais itens que estamos suspendendo no momento. A eleição é domingo, mas temos a apuração, recursos, uma série de detalhes que é necessário que empreguemos todos os nossos esforços para que tudo saia de uma maneira transparente e eficaz. Peça a compreensão de todos. **Sra. Laísa** - Não entendi. Todos os outros pontos estão suspensos? Não temos agenda hoje para pelo menos apreciar mais um, a carta de crédito? **Sr. Aloísio** - Não. Porque eu quero fazer a apresentação do Item 5 que fala da eleição que é eminente, agora, no domingo, e fazer uma sensibilização para que todos participem do processo eleitoral. **Sra. Laísa** - Certo. Mas é que nossas reuniões têm tido um intervalo tão longo e fico me perguntando se não teria pelo menos como fazermos o Item 5 e o 2. **Sr. Aloísio** - Nosso intervalo é a cada dois meses. A extraordinária ocorreria antes da próxima ordinária. **Sra. Laísa** - Mas aí com todos esses pontos e mais os que virão ainda. **Sr. Aloísio** - Não. Só com esses pontos. A outra ordinária teria pontos novos. **Sra. Laísa** - E o PIU da área central? **Sr. Aloísio** - Na próxima reunião. **Sra. Laísa** - Tudo na próxima? **Sr. Aloísio** - Sim. Em uma extraordinária. **Sra. Laísa** - Não sei se daria tempo de discutirmos tudo. Então, na próxima, tem que haver uma gestão do tempo um pouquinho melhor para dar tempo de tudo. Senão, vamos ficar remarcando. **Sr. Aloísio** - Entendi. Rita, o seu tema irá consumir uma reunião inteira? **Sra. Rita** - O que vai ser apresentado aqui? Vai ser apresentado um diagnóstico da área central, um estudo bastante grande, que fizemos uma tentativa de condensar, mas de alguma forma ele é bastante extenso. Ele tem um estágio de desenvolvimento que é muito diferente do que Marcelo apresentou. Trata-se de um plano dos movimentos, das ações iniciais de elaboração desse projeto. Mas, mesmo assim, aqueles elementos que destacamos, eles já podem gerar discussões importantes no Conselho. Então, acho que de pelo menos igual duração da apresentação do Marcelo. E fico um pouco preocupada que encurtemos muito esse tempo de discussão pelas questões relevantes que o centro traz. **Sr. Aloísio** - Então, uma nova sugestão: duas extraordinárias antes da próxima ordinária. Uma só para o PIU Central, que irá consumir bastante nosso tempo e a outra extraordinária para se discutir o Item 2, da carta de crédito municipal, e do Item 4, Minha Casa Minha Vida – FDS/FAR. OK? Os conselheiros concordam? Os que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Item 5. Temos uma apresentação em slides. Vou falar de forma bem objetiva. Estamos organizando e iremos realizar nesse domingo, dia 27, a eleição do Conselho Municipal de Habitação, nesse pleito de 2018. Todas as informações estão inseridas no nosso hotsite, [cmh.prefeitura.sp.gov.br](http://cmh.prefeitura.sp.gov.br). Foi organizada uma Comissão Eleitoral e ela fez apuração e verificação dos candidatos para compor essa Mesa, tanto do Poder Público, dos movimentos sociais de habitação, quanto dos órgãos da sociedade civil. Essas são as normas jurídicas que vão disciplinar a matéria. São as portarias que foram estabelecidas nomeando a Comissão Eleitoral. E aqui um breve resumo sobre todas as reuniões ordinárias e uma extraordinária realizadas referentes à organização desse pleito eleitoral, no período de 17 de novembro de 2017 a 17 de abril de 2018. Foram abertos editais para o chamamento das entidades interessadas. E eventuais dúvidas foram esclarecidas e todas as atas foram registradas e publicadas no Diário Oficial. Sobre o Edital nº 01/17, que traz no seu bojo as entidades deferidas e indeferidas no cadastramento das inscrições. Foram 95 entidades que encaminharam seus pedidos de inscrição, 15 para sub seguimentos de vagas destinadas à representação da sociedade civil e 80 vagas destinadas à representação de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional. Aqui são as entidades que manifestaram interesse em ter sua representação nas cadeiras do Conselho Municipal de Habitação, entidades da sociedade civil. O indeferimento do Centro de Estudos de Meio Ambiente e Integração Social. Aqui são as entidades que representam os movimentos populares, as que foram deferidas. Total de deferidas, 54. De todas as inscritas, 54 foram deferidas. Aqui são as entidades dos movimentos populares que foram indeferidas. Total de indeferimento, 26. Então, de todo aquele conjunto, 54 aprovadas e 26 indeferidas. As 54 entidades que tiveram o deferimento de suas inscrições foram organizadas em quatro chapas e essas chapas concorrem ao pleito. A primeira chapa, 110, conhecida como Moradia e Reforma Urbana. Essas são as entidades que compõem a Chapa 110. Chapa 120, conhecida como Democracia e Luta. Aqui as entidades que compõem a Chapa 120. Chapa 130, conhecida como Unidos pela Habitação. Essas são as entidades que compõem a Chapa 130. Chapa 140, conhecida como MOP – Movimento Popular 100% Compromisso. Essas são as entidades que compõem a Chapa 140. Agora, falando sobre a eleição propriamente dita e sua apuração e publicação de seus resultados. Como foi dito, a data do pleito será dia 27 de maio, domingo agora, das 9h às 17h, nas 32 praças de atendimento das prefeituras regionais. Existem algumas prefeituras regionais que disponibilizaram um auditório por uma questão de infraestrutura da praça de atendimento, mas será realizada nas 32 prefeituras regionais. Cada eleitor só poderá votar na zona eleitoral correspondente ao seu título. Por isso que naquele hotsite que foi indicado no primeiro slide, temos o nosso De/Para, onde o eleitor pode consultar a prefeitura regional da circunscrição de sua área eleitoral. Aqui a norma jurídica que começa a disciplinar o pleito eleitoral propriamente dito. É o Decreto nº 58.144/2018. Vale a pena ressaltar toda essa logística, todo o efetivo que a prefeitura está movimentando de servidores que irão trabalhar no dia da eleição. O dia da eleição será no dia 27 de maio, mas temos uma fase preparatória nos dias 25 e 26, providenciando toda a infraestrutura dos locais de votação. Vale ressaltar que serão 580 servidores disponibilizados pela Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, que trabalharão nas 32 prefeituras regionais e 270 servidores da Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB, em conjunto com a COHAB. A base eleitoral, os eleitores serão aqueles que têm sua inscrição eleitoral até o dia 29 de dezembro de 2017. Então, se o eleitor for consultar no site, o De/Para, e se ele mudou de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, é considerado o domicílio eleitoral cadastrado até o dia 29 de dezembro. É importante se atentar a esse item. Aqui sobre o voto eletrônico. Serão disponibilizados terminais eletrônicos, microcomputadores, nas 32 prefeituras regionais, que são os locais de votação, em que o eleitor fará o seu registro de forma eletrônica. Ocorrendo uma falta de energia, uma quebra de uma, estaremos preparados para o voto em cédula e também estará disponível o voto para pessoas com deficiência visual, em cédulas em Braille, dando maior acesso ao processo democrático. O mesário, após o eleitor ter exercido o seu direito a voto, oferecerá um comprovante de eleição. Então, é um voto por eleitor. E também teremos a fiscalização realizada e organizada pelas chapas, que nos ajudarão nessa conferência. Encerrada a votação serão apurados por meio eletrônico no sistema desenvolvido pela PRODAM. Os votos realizados em processo manual, cédulas em papel, e cédulas especiais, serão apurados pelo presidente de cada zona eleitoral, e os relativos totais dos votos manuais deverão ser entregues pelo presidente de cada zona eleitoral aos funcionários da PRODAM. Essas urnas eletrônicas também serão escotadas pela GCM. Então, o objetivo dessa eleição é o preenchimento das 16 vagas no Conselho Municipal de Habitação, por parte dos movimentos habitacionais, populares de habitação. As vagas serão por representação proporcional e os segmentos serão distribuídos conforme o coeficiente eleitoral obtido pela chapa. Aqui fala sobre a distribuição de vagas. É o mesmo sistema das eleições do sufrágio universal. E esse decreto também começa a estabelecer atribuições do presidente, dos mesários e de todos os que vão trabalhar como fiscais durante o pleito eleitoral. As atribuições do presidente e do vice-presidente. E as atribuições do mesário. Teremos o apoio do Guarda Civil Metropolitana e dos funcionários das prefeituras regionais e da SEHAB e COHAB. Haverá uma base, uma sala de situação aqui, em SEHAB, no Edifício Martinelli, Rua São Bento, 405, 11º andar. Os trabalhos de todos os colaboradores, no dia 27, se iniciam às 8h e se encer-

ram após a conclusão de todos os trabalhos sob suas responsabilidades. E para os servidores que participaram do processo eleitoral, no dia 27, no domingo, será dado o benefício de dois dias de folga, como compensação pelo trabalho realizado. Aqui são os modelos, modelo de relatório. Não será aceito outro documento que não tenha esse layout. E o modelo de protocolo de remessa de documentos e urnas para a zona eleitoral, para cada comissão eleitoral. Este é o modelo. Não será aceito outro documento que não esse. E, como foi dito, se houver alguma eventualidade, esse é o modelo de lista do voto de contingência. Caso a urna eletrônica venha a apresentar algum problema, falta de energia ou situações similares. **Sra. Mariza** -Tenho uma dúvida, Secretário. Para quem tirou o título de eleitor é até 29 de dezembro? **Sr. Aloísio** - Isso. **Sra. Mariza** - Quem fez biometria, transferência, também é válido? **Sr. Aloísio** - Biometria é uma coisa. Mudança de domicílio eleitoral é outra. Se a pessoa fez transferência, após o dia 29, quando ela entra em nosso site, consulta nossa base, vai indicar a zona eleitoral anterior. Então, é muito importante se atentar a isso, porque nosso corte foi no dia 29 de dezembro. Então, o eleitor quer saber onde vai votar, ele fez uma transferência de título de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, vai constar em nossa base de dados o domicílio anterior, antes do dia 29 de dezembro. **Sra. Mariza** -Eu ainda consegui manter a mesma zona eleitoral. Mas algumas famílias nossas fizeram a transferência, mas, para quem mudou a zona eleitoral, não consegue votar agora, não é? Mas as pessoas fizeram a biometria e mudaram de zona. **Sr. Aloísio** - Se mudou de zona eleitoral, é anterior ao dia 29 de dezembro. Por isso é necessário consultar o nosso site, em que temos o De/Para. Ele coloca lá o título de eleitor, o nome completo e se indica onde é a prefeitura regional daquela zona eleitoral onde ele vota. **Sra. Mariza** - Tudo bem. **Sr. Manoel** - Só quero tirar uma dúvida também. Vou dar um exemplo meu. Eu fiz a biometria, mudei de escola, mas a zona eleitoral é a mesma. Continua igual? **Sr. Aloísio** - Continua igual. Olhem ali no nosso hotsite, na tela, o De/Para. Se todos olharem para a tela, temos ali. Clica-se aqui, saiba onde votar, e se coloca o número do título de eleitor e pesquisar. Alguém tem um título de eleitor aqui para fazermos o teste? Zequinha, diga o nome do seu título de eleitor. **Sr. Zequinha** - 227916730159. (É feita a consulta no hotsite) **Sr. Aloísio** - José de Jesus Ferreira da Silva. É aqui, na Prefeitura regional da Sé. **Sra. Verônica** - Secretário, o jovem que tirou o título de eleitor, agora, no mês passado, consegue votar? **Sr. Aloísio** - Não. **Sr. João Bosco** - A minha pergunta é a seguinte: indicamos os fiscais, foram feitas as credenciais, e indicamos os representantes das chapas, que vieram as credenciais. E aí o nosso pessoal, não sei de outras chapas também, mas o nosso pessoal tem perguntado se vamos ter uma credencial para eles, candidatos. Seria interessante, Aloísio. **Sr. Aloísio** - Vamos verificar no nosso Regimento Interno. Acredito que para o candidato não haverá nenhuma identificação, mas para os fiscais sim. **Sr. João Bosco** - Recebemos para os fiscais e para os representantes das chapas. Para os demais não. Se for possível fazer, agradeço. **Sr. Aloísio** - Verificaremos. **Sra. Laísa** - A minha dúvida na verdade não é sobre a eleição dos movimentos, mas sobre os outros segmentos. Quais segmentos não preencheram e quando os senhores estão pensando em fazer aquele chamamento que geralmente fazem quando não preenchem as vagas dos segmentos para preenchimento das vagas remanescentes? **Sr. Aloísio** - Houve só duas vagas remanescentes da sociedade civil. **Sra. Laísa** - De qual segmento da sociedade civil? Não temos como saber qual segmento não foi preenchido. **Sr. Aloísio** - Essa informação, não tenho, no momento, naquele slide. Vou levantar a informação e lhe passo, Laísa. O que tenho é isso, essas foram deferidas, essas terão a representatividade na próxima gestão do CMH. Duas vagas não foram preenchidas. Essas duas vagas, para preenchimento, elas ocorreram por indicação do presidente do CMH. **Sra. Laísa** - Geralmente, o rito seria fazer um novo chamamento. Isso mudou? **Sr. Aloísio** - Bem, mudou essa regra, Eloane? Eu não conhecia essa regra anterior. Para mim é essa regra da indicação. **Sra. Laísa** - E qual é o segmento? **Sra. Eloane** - A regra para vacância na sociedade civil é das indicações. O Secretário irá fazer as indicações. Há dois anos, fizemos um chamamento, mas era porque o processo eleitoral foi corrompido por uma decisão judicial. Então, retomamos o processo e fizemos um novo chamamento, nessa época, que foi a gestão onde a senhora entrou. Nessa gestão, ficamos com as centrais sindicais em vacância. Então, vamos fazer um pedido, o Secretário faz, depois do término das eleições, das votações dos movimentos populares, e encaminhamos e fazemos um pedido. Isso, sabemos que já está acontecendo, porque dentro da Comissão Eleitoral temos o Dito e o Antônio Pedro, que conhecem as pessoas que estão hoje na Casa, que já estão articulando. Mas, normalmente, é um convite do Secretário. **Sra. Laísa** - Obrigada pelos esclarecimentos. **Sr. Zequinha** - Já tivemos alguma eleição do Conselho e, visto que as prefeituras regionais são distantes de alguns comércios, às vezes, os fiscais ficam lá e temos que providenciar lanche. Queria ver com o senhor, porque todos os funcionários da prefeitura vão ter seu lanche e são dois fiscais só por cada chapa. Não é muito. Então, se poderia ser providenciado lanche para todos, por exemplo, os representantes que estão lá, das 8h às 17h. **Sr. Aloísio** - A Verônica uma vez disse à mesa: onde comem dois, comem três. **Sr. Zequinha** - Só para ter isso esclarecido para depois não chegar lá e dizer que não tem. Ou tem ou não tem. Obrigado. **Sr. Aloísio** - No espírito cristão e solidário, vamos dividir o pão. Senhores, nossa reunião está encerrada. Agradeço a participação de todos. E em breve iremos dizer o calendário das próximas reuniões extraordinárias. Obrigado. (Encerra-se a reunião)

## SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO

### MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-SECMH

#### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 19 de junho de 2018

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos dezenove dias do mês de junho do ano 2018, às 15h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Aloísio Barbosa Pinheiro (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometti Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Wilson Cabral da Silva (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luís Octávio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Barbosa Rastelle (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Urânide Sacramento Cruz (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); João Bosco da Costa (Conselheiro Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Maristete Aparecida de Souza (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Conselheira Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Ana Maria Carneiro Procópio (Conselheira Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Laísa Eleonora Marostica Stohrer (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Cibeli Gama

Monteverde (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Conselheiro Sociedade Civil/SIESP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Conselheira Sociedade Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira Sociedade Civil/USINA). **Auentes os (as) Conselheiros (as)**: Fernando Chure (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal Urbanismo e Licenciamento); Regina Helena Nader (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheiro Poder Público/SP Urbanismo); Aurelice Rocha dos Anjos (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Bruna Fábio Antunes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Tamara Furman Burg (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Mariza Dutra Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia Lindinalva do Nascimento (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de julho); José de Jesus Ferreira Da Silva (Conselheiro Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ana Paula da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Conselheira Movimentos Populares/Associação Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Edinalva Silva Franco (Conselheira Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Péricles Oliveira Santos (Conselheiro Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Sheila Cristiane Santos Nobre (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Conselheiro Movimentos Populares/Movimento em Defesa do Favelado Episcopal Belém); Jenilda Silva Araújo (Conselheira Movimentos Populares/Movimento de Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Adriana da Silva Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo Rafael Cesário (Conselheiro Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de SP); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Conselheiro Movimentos Populares/IPAC); Antônio Santiago Quintana (Conselheiro Movimentos Populares/MAC); Ana Luíza Patriota A. Costa (Conselheira Sociedade Civil/APEMEC); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avancí (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Patrícia Barboza da Silva (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Adelce Rossetto Netto (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Mellão (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamachi (Conselheira Sociedade Civil/SIESP); Márcio Jeha Chêde (Conselheiro Sociedade Civil/SECOVI-SP); Carolina Rauffella Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/SECOVI-SP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Conselheiro Sociedade Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Conselheira Sociedade Civil/SINDUSCON-SP). **Justificou a ausência a senhora**: Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). **Presentes os (as) convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Maria Cecília (Arquiteta da COHAB) e André (Arquiteto da São Paulo Urbanismo). **Pauta da reunião**: Apresentação pela SP Urbanismo do Diagnóstico e Programa de Interesse Público do Projeto de Intervenção Urbana para o PIU do SETOR CENTRAL. Palestrante: Arquiteta Rita de Cássia Gonçalves. O Sr. Aloísio dá início aos trabalhos e passa a palavra à Sra. Rita de Cássia, para a apresentação do Item Único da pauta. **Sra. Rita** - Boa tarde a todos. Eu devo dizer que estou muito contente de participar desse projeto porque eu, junto com outros colegas, participei desse projeto há vinte anos, quando concebemos a Operação Urbana Centro. De lá para cá, muita coisa mudou, não apenas nos instrumentos urbanísticos, mas também na forma de participação da sociedade nesses projetos desenvolvidos. Então, entendo que vamos ter chance de fazer um projeto muito melhor do que foi esse à época, muito mais efetivo, muito mais eficaz, e que todos possamos chamar de nosso projeto. A apresentação de hoje talvez seja um pouco chata mesmo porque na maior parte dela vamos mostrar um diagnóstico da área central. São aqueles elementos colhidos da realidade que experimentamos e vivemos na área central, que vão informar a hipótese urbanística do projeto e consequentemente as diretrizes que vamos dar na construção coletiva desse projeto. Operação Urbana Centro. Por que vamos revisar essa lei de 1997? Primeiro porque nesse período de vinte anos já passamos por dois Planos Diretores e duas Leis de Zoneamento. Então, a principal razão da revisão desse projeto é adequar essa intervenção nos distritos centrais a essa nova normativa. É uma área extensa essa área de estudo. Então, o objetivo é tanto quanto possível aproximar a regulação dessa área do PDE e da Lei de Zoneamento, definir um programa de intervenções. A Lei da Operação Urbana Centro de 1997 não tinha um programa de intervenção definido. Essa tarefa havia sido confiada à Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, que tinha possibilidade de propor intervenções. Daqui para frente ou, particularmente, desde o Estatuto da Cidade, que é uma lei de 2001, as leis de Operação Urbana ou de Intervenções Urbanas têm indicado onde será gasto o dinheiro eventualmente arrecadado com a venda de potencial adicional de construção. Outro elemento que caracteriza a Operação Urbana Centro é a gratuidade para o uso residencial no seu perímetro de abrangência. Então, entendemos que passados vinte anos o objetivo de incentivar a produção imobiliária para mercado na área central já foi alcançado e talvez seja o momento de suprimir essas gratuidades para as faixas passíveis de serem atendidas para o mercado. Quer dizer, nos pontos de atenção do projeto, o que é importante pensarmos? Que a provi-

são habitacional de interesse social contém uma diversificação das modalidades de atendimento social e condições de financiamento dos programas públicos. Um aproveitamento dos imóveis ociosos subutilizados e gestão da aplicação do parcelamento, edificação e urbanização compulsórios, de alguma forma que possamos induzir esse estoque de imóveis subutilizados e ociosos a um melhor aproveitamento para dinamização ainda maior da área central. Mobilidade urbana em diversas escalas. Mais adiante os senhores vão ver as questões que se levantam a respeito desse tema. E gestão de espaços públicos. O que temos aí? Nesse mapa, essa parte mais escura é a parte dos distritos do anel central. São os dez distritos da Prefeitura Regional da Sé. Esses distritos que estão em cor mais escura estão contidos na macroárea de estruturação metropolitana. O que é isso? É uma grande região da cidade que o Plano Diretor estabeleceu como área para o desenvolvimento de projetos específicos. São áreas que contêm estrutura de mobilidade, tem redes ferroviárias, redes metroriárias, uma oferta expressiva de empregos e que têm funções metropolitanas. Então, ainda que tenhamos um zoneamento nessa extensa macroárea de estruturação metropolitana, está previsto no Plano Diretor que desenvolvamos projetos específicos para essas áreas. E quais são os objetivos dessa região, chamada de Setor Central da Macroárea de Estruturação Metropolitana? É o fortalecimento da centralidade municipal. Essa região da cidade, como centro municipal e não apenas isso, mas centro metropolitano. Valorização de áreas de patrimônio cultural. Essa área que estamos estudando concentra 85% de todos os imóveis tombados no município, justamente porque é uma área de ocupação mais antiga da cidade, tirando regiões de Santo Amaro e São Miguel Paulista. Qualificação dos diferentes sistemas de transporte coletivo, estímulo à provisão habitacional de interesse social, requalificação e reabilitação de áreas deterioradas e subutilizadas. E um objetivo que não vale só para a área central, mas para toda a região da cidade, que é promover uma maior proximidade entre grupos de baixa, média e alta renda. Quer dizer, trabalhar no sentido da diminuição da segregação espacial. E por fim a revisão e atualização da Operação Urbana Centro. Onde estamos? Esse é o processo de elaboração do PIU, Projeto de Intervenção Urbana. O estágio atual. Foi elaborado ao longo de 2017 um diagnóstico da área de intervenção que está sendo apresentado resumidamente aqui, onde há um programa de interesse público e esse material vai ser disponibilizado para consulta pública no site do Gestão Urbana até o final desse mês. O que ele contém? Além do diagnóstico, ele contém diretrizes urbanísticas, a viabilidade da transformação, que trata principalmente da possibilidade de adensamento que essa área contenha. O impacto esperado. Adensamento construtivo e populacional e o modo de gestão democrática. Quais são as etapas subsequentes disso? Para construção desse projeto, imaginamos uma série de diálogos setoriais. Um deles já aconteceu na semana passada com o coletivo do Mundaréu da Luz. O que são esses diálogos setoriais? São reuniões com todos aqueles agentes que têm demandas para essa área central. Sejam movimentos de moradia, coletivos culturais, agentes econômicos, associação de comerciantes, enfim. Falamos com as secretarias, CET, SMADS, SEHAB. O objetivo é criar condições para o desenvolvimento de uma proposta conjunta para essa área. A proposta é que até o final deste ano é que tenhamos um projeto, uma versão não final, mas acabada desse projeto para que possa ir para discussão no ano que vem. Como vai ser a construção? Estamos imaginando nesse momento agora, um pouco junho, começo de julho, de diálogos. Depois, há um período de desenvolvimento do projeto. Depois uma nova oportunidade desses diálogos em outubro, onde, com esses mesmos grupos e atores que foram chamados para essa discussão inicial, façamos uma nova rodada de discussões para ver o estágio da proposta. E, ao final desse processo, esse projeto vai ser colocado em consulta pública. Não apenas no site do Gestão Urbana, mas também com audiências presenciais, enfim, porque o objetivo é sempre o aprimoramento da proposta. Então, estamos nesse momento do início dos diálogos setoriais. Nos principais eixos desse diagnóstico, temos: população, emprego e renda. Aqui estamos falando da área. Qual é a área que estamos trabalhando? São em torno de 3.300 hectares. É uma área bastante expressiva e não significa que essa vai ser a nova área da Operação Urbana, mas é a nossa área de estudo. Por que esses distritos da área central têm uma série de interligações entre si, que nos exigem que estudemos isso em conjunto. Ela corresponde a 2% da área do município. E ela reúne 4% da população. Comparativamente a outras regiões do município é uma área que tem alta densidade. O que observamos? Esse gráfico mostra a população desses distritos da área central, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, que são os anos de censo, e 2017, onde foi feita uma projeção. Observamos que nesses distritos da área central a população residente veio caindo até os anos 2000. A partir dali há uma retomada, um retorno dos habitantes para a área central. E essas bolinhas mostram onde estamos hoje em relação ao que fomos. Por exemplo, o Belém está quase alcançando a população que teve em 1980. A Mooca, que é uma bolinha verde lá, em cima, já chegou. A República é um dos distritos que ultrapassou a população residente dos anos 1980. Então, é essa a situação em que nos encontramos. Nos últimos quase vinte anos, vem ocorrendo uma retomada, um retorno da população à área central. Densidade de habitantes. Essas são as densidades dos distritos da área central. Os distritos mais populosos são da Bela Vista, da República e de Santa Cecília. Nesse trabalho, adotamos sempre nesses projetos de intervenção urbana uma densidade meta. Estamos situando a densidade meta do projeto na densidade de Santa Cecília. Algo em torno de duzentos habitantes por hectare. A média hoje da área central é de cento e quarenta e cinco habitantes por hectare. Vamos tratar desse tema com mais detalhes mais à frente. Esse mapa é das densidades. Observamos que os distritos de Santa Cecília, Bela Vista, trechos da Liberdade, que são as manchas mais escuras, têm as mais altas densidades dessa área. E os distritos mais comerciais, como Bom Retiro, Pari e Brás, são os menos densos. Um dos objetivos do projeto seria equilibrar essas densidades nessa região. Coincidentemente, esse mapa mostra a distribuição da população em termos de renda. Quer dizer, a parcela de renda mais alta habita nos distritos da Consolação, Bela Vista e trechos da Liberdade. Ainda que haja uma parcela expressiva de renda média no Cambuci, na Liberdade e em Santa Cecília, e mesmo na República. Quer dizer, um outro objetivo é a melhoria dessas condições. Vulnerabilidade social. Esse mapa é o oposto daquele visto anteriormente; as áreas de maior vulnerabilidade são aquelas associadas à população de menor renda. Mais sujeitas a deslocamentos, a moradia subnormal e a todos esses efeitos. Oferta de empregos. Os principais distritos no quesito oferta de empregos são Bela Vista, República e Sé. Principalmente do setor de serviços. Esses índices, quando transpostos a empregos por habitante, aqueles que têm oferta do maior número de empregos por habitantes são República e Sé. O que isso quer dizer? Perseguimos no Urbanismo um objetivo de que o número de moradores de um determinado bairro esteja equilibrado com o número de empregos desse mesmo bairro. A expectativa não é que as pessoas trabalhem no mesmo bairro onde habitam, mas, se tivermos um equilíbrio desses números na cidade, isso é um indicador que nos permite imaginar que estamos trabalhando na redução do número de deslocamentos das pessoas em busca de postos de trabalho. Então, é um número que sempre buscamos equilibrar no projeto, embora sabendo que nem todo mundo que mora ali vai trabalhar ali mesmo. Isso aqui é a representação gráfica das barrinhas que vimos, quer dizer, temos mais densidade de empregos na Bela Vista, Sé e República. Qualquer um que frequente essas áreas pode presenciar a grande oferta de serviços, de comércio de toda natureza. E onde há mais empregos por habitante é justamente nos dois distritos centrais, Sé e República. Ai temos uma sequência de tabelas. Tivemos entre 2007 e 2014 em vários bairros a redução dos postos de trabalho. Vamos ver por que depois. Então, no comércio, no Cambuci, houve um aumento dos